

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA INICIADA EM VINTE E SEIS DE NOVEMBRO DE 2013, REALIZADA EM SETE DE JANEIRO DE 2014.**-----

----- **ATA NÚMERO SEIS** -----

----- Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e catorze, e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante do artigo terceiro, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão ordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Isabel Drago Lobato, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina

Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Nelson Pinto Antunes e Romão da Conceição Batuca Lavadinho. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 77º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Sandra Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Carlos Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Romão Lavadinho. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Miguel Tiago (PCP), e Deolinda Machado (PCP).-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Manuel Salgado, Fernando Medina, Catarina Vaz Pinto, Carlos Castro, Duarte Cordeiro, Paula Marques, Jorge Máximo, João Afonso, Graça Fonseca e José Sá Fernandes.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Fernando Seara, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura, João Bernardino e António Prôa.-----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- Cumprimentou todos os presentes e desejou a todos um bom ano de dois mil e catorze dentro da medida do possível. -----

----- Informou que a Mesa tinha elaborado um Voto de Pesar, o qual tinha sido distribuído a todos, em relação à morte de Eusébio. Gostaria de saber se todos os Grupos Municipais iriam subscrever aquele voto de pesar. -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente** informou que passava a palavra ao Sr. Primeiro Secretário o qual apresentaria o Voto de Pesar.-----

VOTO DE PESAR

----- *“Faleceu no dia 5 de Janeiro de 2014, com 71 anos de idade, Eusébio da Silva Ferreira, atleta português de mérito excepcional que preencheu a sua carreira desportiva com inúmeros momentos gloriosos, presenciados e descobertos por várias gerações de adeptos de uma modalidade desportiva que não conhece fronteiras. -----*

----- *Fez sonhar e cumpriu um sonho. -----*

----- Muitos sonharam ao escutarem os relatos radiofónicos das suas fintas sucessivas, outros viram sonhos realizados no momento em que uma bola de couro castanha era projetada, como nunca fora, com a inimaginável força do seu remate. ---
----- Desde muito cedo quis jogar e jogou com os melhores, contra os melhores, por todos foi reconhecido, respeitado e admirado, nas mais exigentes competições. -----
----- Numa época de duras realidades foi o herói veloz e criativo que fazia saltar de alegria milhões de pessoas em todo o mundo, oferecendo um sentimento de partilha e autoestima a povos que partilhavam uma língua. A imagem de Eusébio é um longo abraço entre continentes, a sua popularidade, em todos os países de língua oficial portuguesa, é um dos expoentes máximos da lusofonia. -----
----- Os seus feitos impeliram a seleção portuguesa e o seu clube, o Sport Lisboa e Benfica, para uma irreversível dimensão mundial. Não se esquecem, provavelmente nunca se esquecerão, a fase final do campeonato do mundo de futebol de 1966, nem a Taça dos Campeões Europeus de 1962, conquistada em Amsterdão frente ao colosso Real de Madrid. Ambos os momentos protagonizados, principalmente, por Eusébio preenchem a galeria de imagens épicas que transformaram o futebol num palco de sonhos coletivos e de partilha de valores. -----
----- Sempre se afirmou por uma inabalável crença no seu mérito e, simultaneamente, por um incondicional respeito pelos adversários. Na vitória e na derrota soube cativar. Não surpreende que na hora da partida tenha recebido a homenagem de todos, mesmo daqueles que sempre enfrentou. -----
----- Lisboa foi a cidade que o acolheu e onde Eusébio quis permanecer, mesmo quando pôde partir. -----
----- A sua relação com a cidade não se confinou aos estádios onde jogava. A generosidade que o caracterizou, enquanto atleta, manteve-a enquanto embaixador permanente de um clube que onde compete leva “Lisboa”, no nome e na alma. -----
----- O que fez por Lisboa fê-lo sempre pelo seu País. -----
----- Eusébio nunca evitou as pessoas, manteve-se sempre disponível para que o maior número pudesse experimentar o convívio com uma lenda. Não admira que aqueles que nunca o viram jogar, os mais jovens, tenham sido os primeiros a ordená-lo “seu rei” e a desejar-lhe um carinhoso descanso eterno. -----
----- A eternidade conquistou-a, também, pelo humanismo que demonstrou no relacionamento com os outros. Assim foi no bairro em que vivia, nos estabelecimentos que frequentava, nas ruas desta cidade que percorria. -----
----- Eusébio viveu entre nós e permanecerá no nosso imaginário. -----
----- Por tudo o que nos proporcionou, e significa, justifica que seja deliberado um sentido voto de pesar da Assembleia Municipal de Lisboa e transmitido à família, à embaixada de Moçambique, à Federação Portuguesa de Futebol e ao Sport Lisboa e Benfica. -----
----- Lisboa, 6 de Janeiro de 2014. -----
----- A Presidente da Assembleia Municipal Helena Roseta.” -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejara intervir, submeteu, de seguida, à votação o Voto de Pesar por Eusébio, tendo a Assembleia deliberado **aprová-lo, por unanimidade**. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra, disse que o Partido Socialista congratulava-se pela aprovação por unanimidade daquele Voto de Pesar. Mas, aproveitando, também, aquela unanimidade e a presença dos Órgãos do Município, Assembleia e Câmara Municipal de Lisboa, sugeria para um momento oportuno um debate sobre a consagração de Eusébio não só no plano imaterial, como também, no plano material na Cidade de Lisboa, com a atribuição do seu nome a uma artéria, uma praça, um espaço que fosse especial e vivido pelos lisboetas. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS** -----

----- **A Senhora Presidente** disse que iriam entrar no primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, sendo que o tempo acordado na Conferência de Representantes para discussão daquele ponto correspondia a duas grelhas e meia do PAOD. -----

----- Recordou que aquela Informação Escrita deveria ter tido lugar na primeira reunião da Sessão Ordinária que teve início em Novembro. Só que naquela altura a Câmara tinha acabado de tomar posse, e a Assembleia também, pelo que não havia matéria suficiente para a Informação Escrita, a qual já tinha sido distribuída a todos os Senhores Deputados, e que correspondia a um período que terminou a quinze de dezembro. -----

----- Referiu que a partir da próxima Sessão Ordinária, em fevereiro, voltariam a ter a discussão da Informação Escrita, logo na primeira reunião, que se refere ao período de quinze de dezembro e irá até ao final de janeiro. -----

----- **Ponto 1 – Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara;** -----

----- (O documento foi previamente distribuído aos Senhores Deputados Municipais) --

----- **O Senhor Presidente** no uso da palavra, desejou um bom ano de dois mil e catorze a todos, e que todos conseguissem realizar as ambições para a Cidade de Lisboa. -----

----- Iniciou dizendo que aquela Informação escrita era muito condicionada pelo facto de se estar no início do mandato e por já terem tido, ali, um debate importante sobre o novo Plano de Atividades e Orçamento. Tinha sido um esforço muito grande visto que a nova lei os tinha obrigado a fazer aquele debate, ainda, no mês de dezembro, não beneficiando do tempo de instalação que a anterior lei concedia para que os Planos de Atividades e Orçamentos, em ano eleitoral, pudessem ser votados até abril do ano seguinte. -----

----- Assim, iria centrar-se, sobretudo, na concretização da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa que, tal como todos sabiam, era uma “*velha ambição*” da cidade. Recordou que em mil novecentos e oitenta e dois, quando tinha sido eleito pela primeira vez para aquela Assembleia Municipal, já ali existia uma Comissão Eventual para a Reforma Administrativa. E, durante décadas, a cidade discutiu como se reformar. -----

----- Em 2008, tinha sido feito um estudo elaborado pelo ISEG e pelo ICS sobre o novo modelo de governação da cidade que tinha três marcas fundamentais; uma componente de descentralização de competências do Estado para o Município, matéria sobre a qual ainda tinham muito que trabalhar, em particular, em domínios como a gestão dos transportes públicos, ou o policiamento do trânsito, um segundo patamar, o que deveriam ser as competências descentralizadas do Estado para a Área Metropolitana, ou geridas em conjunto pelos municípios, na Área Metropolitana e, finalmente, um terceiro patamar da descentralização de competências do Município para as Freguesias. -----

----- Disse que o trabalho que tinha sido feito pela Câmara e pela Assembleia Municipal no mandato anterior, permitiu identificar um conjunto muito amplo de matérias que, com vantagem, em respeito ao princípio da subsidiariedade, e ao princípio da descentralização democrática de competências previstos na Constituição Portuguesa, deveriam de passar, com vantagem, do Município para as Freguesias. -----

----- Aquele corpo de competências, não tinha sido objeto de grande questionamento, seguiu de perto, aliás, aquilo que era o conjunto de competências reivindicadas pela ANAFRE através dos seus congressos nacionais de competências a transferir para as Juntas de Freguesia, beneficiando, em muito, da experiência dos protocolos de competências entre o Município e as Freguesias. Àquele corpo de competências correspondeu a identificação do conjunto de meios a transferir para as Freguesias. Alguns dos meios, como o caso dos recursos financeiros a própria lei definiu o que era a transferir, sessenta e oito milhões de euros que naquele ano o Município não recebia do Estado, e começariam a ser, no dia trinta de janeiro, transferidos em quatro trances ao longo do ano, para o conjunto das Juntas de Freguesia, e outros dos meios deferiu à Câmara e à Assembleia Municipal, a sua definição. -----

----- Recordava, também, que a lei adotara um princípio fortemente descentralizador. Salvo decisão da Câmara e da Assembleia Municipal, ressaltar um conjunto de vias ou equipamentos como estruturantes para a cidade, as competências sobre aqueles espaços públicos e equipamentos, passou para as Juntas de Freguesia. -----

----- A regra era, assim, a descentralização. A exceção era aquilo⁹ que reservavam para a gestão municipal. -----

----- Estava em apreciação na Assembleia Municipal a proposta de deliberação que fixava o conjunto das matérias a passar para as Juntas de Freguesia. Saboia bem a dimensão extraordinária daquele exercício. Desde mil novecentos e setenta e seis, que não havia nenhum programa de descentralização tão ambicioso como aquele que tinham pela frente, sendo natural que fossem levantadas dúvidas, receios e inquietações. -----

----- Disse que ao nível da Comissão na Assembleia Municipal estava a ser desenvolvido um importante trabalho, sendo que a Câmara apreciaria com a maior atenção as recomendações que fossem aprovadas em Comissão, estando previsto que na próxima semana pudessem introduzir alterações à deliberação em função daquela recomendação, para que o debate do dia vinte e um, já pudesse beneficiar dos contributos da Assembleia Municipal, apurados em sede de Comissão. -----

----- Assim, disse que estavam naquele processo com abertura de espírito. Mas recordava o que tinha dito no discurso da tomada de posse, tratava-se de um processo que tinha de ser conduzido com a ambição de um revolucionário, mas com a prudência de um reformista, não sendo aquela uma reforma para aquele ano, ou para aquele mandato, mas seria seguramente, uma reforma para muitos anos na Cidade de Lisboa. -

----- Referiu que uma outra deliberação importantíssima, que teria de ser tomada, tinha a ver com a fixação dos critérios de transferência de um dos recursos fundamentais do município para as freguesias, a transferência de recursos humanos do município para as freguesias. -----

----- Aquela reforma tinha adotado um princípio que lhe parecia muito saudável, de que daquele processo de descentralização não devia resultar um aumento da despesa pública, pelo contrário, aquele processo devia permitir ganhos de eficiência com a despesa pública atualmente, existente. Assim, o Estado não ia transferir mais dinheiro para o município, sendo que o Estado deixava de transferir sessenta e oito milhões de euros para o município, passando a transferir aquela quantia para as freguesias. Por outro lado, as freguesias não deviam de ir arranjar novas instalações para gerir novos equipamentos, deviam de receber as instalações disponibilizadas pelo município para o exercício daquelas funções. Nem devem adquirir novos equipamentos que dupliquem os equipamentos municipais, devem apenas receber aqueles equipamentos municipais para o exercício das funções que lhe foram cometidas. E o mesmo se aplicaria aos recursos humanos. -----

----- Era evidente que no processo de transferência dos recursos humanos, não havia apenas duas entidades, o município por um lado, e as freguesias por outro. Havia uma terceira entidade fundamental que era os próprios trabalhadores. E era por isso que a lei, no seu artigo 16º, garantia, expressamente, que a transferência se fazia com garantia da plenitude dos direitos adquiridos pelos trabalhadores, a própria natureza pública do vínculo laboral em que estavam, por isso, não se tratava de privatizar qualquer tipo de relação, sendo que as freguesias não eram entidades privadas, eram, sim, autarquias locais, com a mesma dignidade constitucional e legal dos municípios, e que, por isso, ofereciam aos cidadãos as mesmas garantias que os municípios ofereciam para o desempenho das funções do serviço público. E os trabalhadores do município que eram integrados no quadro de pessoal das freguesias não viam o seu vínculo alterado, sendo que o seu vínculo mantinha-se, só havendo uma alteração na sucessão da entidade patronal que seria titular daquele contrato, deixando de ser o município e passando a ser a freguesia, mas a natureza pública do vínculo em nada seria alterado. Em segundo lugar, o conjunto dos direitos adquiridos ao exercício de funções no município, eram acompanhados pelo funcionário na sua integração do quadro de pessoal da freguesia. A antiguidade, o horário, as remunerações complementares, eram direitos adquiridos cuja plenitude a lei garantia, tendo que assegurar que a mesma fosse cumprida e respeitada. Em terceiro lugar, a Câmara propunha que mesmo os direitos específicos dos funcionários do Município de Lisboa, como o acesso às creches e aos refeitórios, ou aos próprios serviços sociais, fossem

igualmente mantidos pelos funcionários que passariam a ser funcionários das Juntas de Freguesia. -----

----- Por outro lado, não garantia que no futuro, uma qualquer Junta de Freguesia não decidisse descontinuar uma atividade, ou prosseguir com a atividade de um modo distinto, pois tal era um direito próprio de autonomia das Juntas de Freguesia pelo que não podiam limitar. Tal como, nem os atuais titulares em funções nas Juntas de Freguesia poderiam comprometer para futuro, porque nada garantia o que dali a dez, quinze, vinte anos, pudesse vir a ser decidido sobre aquela matéria. -----

----- Sublinhou que iria ser mantido no quadro de pessoal do município cativos os lugares necessários para que, em caso de eventualidades, os trabalhadores querendo, pudessem optar por regressar ao município. Mas para além de garantir o lugar no quadro, era essencial garantir, também, que os direitos que entretanto viessem a ser adquiridos no exercício de funções ao nível da freguesia, seriam acatados pelo município em caso de eventual regresso. -----

----- Afirmou que se houvesse entendimento por parte das estruturas sindicais de que era possível consolidar e reforçar aquela garantia através de um acordo coletivo que envolvesse os sindicatos, da parte do município havia uma inteira disponibilidade e estava certo que da parte das Juntas de Freguesia, também. O SINTAP já o tinha proposto e a Câmara já tinha aceite. E se os demais sindicatos representativos dos trabalhadores também o propusessem, a Câmara estaria disponível. -----

----- Disse que gostaria de dizer àqueles que eram, habitualmente, céticos nas garantias que eram dadas quanto ao futuro e respeito dos direitos dos trabalhadores, recordar-lhes que ainda à cerca de um ano muitos, também, tinham sido céticos relativamente ao processo de extinção da EPUL. Do conjunto dos trabalhadores da EPUL, cinquenta e três tinham optado pela rescisão com a devida indemnização, trinta e quatro optaram pela pré reforma, cerca de dez optaram por situações diversas, sendo que só um estava em situação de contencioso, e cinquenta vieram para a Câmara trabalhar com base no acordo de cedência de interesse público. Tal como se tinham comprometido, foram abertos concursos para admissão daqueles cinquenta funcionários da EPUL, que agora eram colaboradores do Município de Lisboa, sendo que naquela semana seriam celebrados os três primeiros contratos que integrariam no quadro os três primeiros funcionários da EPUL que se tinham submetido a concursos para o efeito. Era, assim, mais um problema ultrapassado, e tal como tinha acontecido no passado, com a regularização dos recibos verdes, com o subsídio de risco e de sobriedade e com todas as diferentes questões contenciosas que se arrastavam, tinham sido ultrapassadas garantindo os direitos dos trabalhadores. E seria assim, também, que aconteceria relativamente aos trabalhadores do município que passariam a exercer funções no quadro de pessoal das Juntas de Freguesia de garantia como a lei dispunha, da plenitude dos direitos adquiridos. -----

----- Para terminar, disse que havia uma situação particularmente, marcante em toda a cidade pelas suas consequências urbanísticas e simbólicas para a cidade, e que era o impasse que se vivia há vários anos sobre os terrenos da antiga Feira Popular e do Parque Mayer. E sobre aquela matéria disse que estava em condições de dizer à

Assembleia Municipal que na próxima reunião de Câmara seria submetido, para apreciação, uma proposta de acordo global que permitia consolidar a propriedade dos terrenos da antiga Feira Popular e os terrenos do antigo Parque Mayer no património municipal da Cidade de Lisboa e, simultaneamente, criar um quadro de resolução de litígios que não pudessem ser resolvidos de forma imediata, no sentido de conseguirem encarar o futuro daqueles terrenos com segurança e determinação de forma a desbloquear mais uma situação que se encontrava bloqueada na Cidade de Lisboa.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** disse que se tinham associado á proposta do Partido Socialista e, até já tinham falado com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pelo facto de não existir uma proposta concreta de atribuição de um espaço da cidade ao Eusébio, sendo que a Senhora Presidente da assembleia lhe disse que aquela era uma matéria que iria ser articulada com a Câmara.

----- Referiu que, sobre a Informação Escrita do Senhor Presidente, para além da descentralização de meios e competências nas freguesias e da remodelação do Mercado de Campo de Ourique, aquela Informação Escrita, perdia-se em matérias para quem quisesse ser levado na conversa banal e propagandística.-----

----- Considerou que aquela informação Escrita podia falar na situação difícil e dramática dos habitantes dos bairros de Lisboa, dos mais velhos, das consequências nefastas dos aumentos brutais das rendas, do grande ator Joaquim Rosa que veio testemunhar que a famigerada Lei das Rendas do governo PSD/CDS-PP o levou com a sua companheira para a Casa do Artista, tendo que deixar a casa onde vivia e a maior parte dos pertences, tal como acontecia a tantas famílias.-----

----- Referiu que defender e impulsionar Lisboa não é vender os terrenos do Aeroporto para entregar o controlo da aeronavegação estratégica a estrangeiros, nem colaborar no encerramento dos hospitais da Colina de Santana.-----

----- Apesar de tudo, a cidade continuava a resistir, apesar da perda de trabalho, da saúde, da educação, perdia a proximidade das Juntas de Freguesia que eram locais de reencontro de velhos e novos, em programas sociais, culturais e desportivos, que eram refúgio e apoio concreto ali no bairro e nas freguesias.-----

----- Sublinhou que naquele documento não se falava em educação, em programas socioeducativos e culturais de apoio às escolas, salvando-se a referência à Orquestra Juvenil que continuava a subsistir na magra contribuição cultural e social que as populações mereciam e não tinham.-----

----- Era tempo de parar para refletir, era tempo de respeitar os trabalhadores, os serviços municipais e a sua capacidade de intervenção, de preservar Lisboa de caminhos negativos que não honravam quem foi eleito e que marcariam profundamente, o deserto de abandono que a cidade já era e em que muito poderia piorar. Lisboa tinha de ser dos lisboetas que ali viviam, que ali trabalhavam, que ali pagavam impostos para haver saúde, educação, cultura, desporto, qualidade de vida e solidariedade que não envergonhasse, antes dignificasse a existência de todos e principalmente, a ação dos autarcas da cidade.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** disse que, em relação à Informação Escrita do Senhor Presidente, aquele período em análise demonstrava várias coisas, todas elas positivas.-----

----- Referiu que tinham tido, em tempo record, um Orçamento que tinha sido elaborado com grande eficiência e esforço por parte da equipa liderada pelo Senhor Vice Presidente Fernando Medina, e tinha sido, também, apreciado nos tempos próprios mas, ao mesmo tempo, favorecendo todo o esclarecimento e todo o debate ali, na Assembleia Municipal. Um Orçamento que não estava imune aos constrangimentos que afetavam o país e que afetavam, também, a Cidade de Lisboa, mas um Orçamento que procurava fazer uma política contrária daquela que era seguida ao nível nacional, uma política amiga das famílias, amiga da economia da cidade, uma política contrária à política da austeridade.-----

----- Disse que toda a atividade que era expressa naquela Informação Escrita acabava por revelar o esforço diário que em várias áreas do município era feito para combater os efeitos da política de austeridade seguida ao nível nacional. -----

----- Eram vários os aspetos contidos naquele documento que demonstravam como a Câmara, e a Assembleia Municipal, estavam a funcionar e bem, exemplos, o plano de ação do ruído de Lisboa, a remodelação com grande sucesso do mercado de Campo de Ourique, os prémios que Lisboa continuava a receber, variadíssimas distinções, as iniciativas culturais de empreendedorismo e de afirmação externa de Lisboa, as primeiras chaves do programa “Loja no Bairro”, a recolha seletiva em Benfica, todos exemplos de como a Câmara funciona e bem. -----

----- Quanto ao tema da reorganização administrativa da cidade, disse que que aquele era o tema central daquele período porque tinham tido avanços naquela matéria, porque tinha sido um tempo de diálogo, de concertação, de debate ao nível dos Órgãos do Município, de debate na Assembleia Municipal. E era evidente que tinham proposta relevantes em cima da mesa para a concretização daquela reforma na cidade. Também tinham tido uma greve na cidade e que era legítima, respeitável, mas que tinha tido efeitos na vida dos lisboetas, na vida da cidade. E o Partido Socialista, como era evidente, respeitava todos os direitos e por isso dentro do Grupo Municipal tinham dialogado longamente, com os sindicatos representativos dos trabalhadores do Município de Lisboa, e naturalmente que também discordavam de alguns dos seus fundamentos e de alguns pressupostos que, politicamente, iam sendo colocados, e não estava a falar dos sindicatos, estava a falar das posições legítimas e que eram expressas pelos diferentes partidos políticos ao nível daquela reforma. -----

----- Referiu que aquela era uma boa reforma, mas que o Partido Socialista respeitava todos aqueles que discordavam daquela afirmação. No entanto, era Lisboa que ganhava com aquela repartição de competências, com menos freguesias e com mais meios financeiros. Estavam, absolutamente convictos que era aquela a opção que melhor servia a cidade.-----

----- Afirmou que pela lógica de proximidade, tinha a certeza que os trabalhadores veriam algumas das suas legítimas reivindicações, e alguns dos problemas que tinham, melhor resolvidos e melhor salvaguardados ao nível das freguesias. -----

----- Ao nível da proposta de competências, designada pela definição daquilo que era estruturante, devendo de ser exercido pela Câmara Municipal de Lisboa, reiteravam e tomavam boa nota daquilo que o Senhor Presidente António Costa vinha a referir e que ali, tinha feito questão de mais uma vez o afirmar. Naquelas competências a regra era de que as competências eram das freguesias a exceção era que as competências eram exercidas pela Câmara Municipal de Lisboa. E era importante frisar a disponibilidade daquela maioria municipal para aperfeiçoar a proposta para ter em atenção os contributos das freguesias, de todos os partidos políticos e de todo o trabalho que a respetiva comissão tinha feito sobre aquela matéria. Tinham de ter um ponto de equilíbrio, não podiam ter freguesias a querer competências a mais, e outras competências a menos, pelo que era importante que aquela matéria fosse clara entre todos os intervenientes já que era condição de sucesso daquela reforma.-----

----- Também asseguravam a igualdade de oportunidades entre as vinte e quatro Juntas de Freguesia no debate com a Câmara, na revisão das propostas, pois era o que devia de ser feito e era aquilo que estava a ser feito pela Câmara Municipal de Lisboa que mantinha o diálogo com todas as freguesias de igual forma.-----

----- Por último, disse que era positivo a disponibilidade da Câmara para o acordo tripartido, entre Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e sindicatos. Seria muito interessante que os sindicatos que achavam aquela proposta positiva a assumissem, também, porque não significava que estivessem a subscrever o conteúdo da reforma, podiam legitimamente continuar a discordar do conteúdo da reforma, mas estariam a prestar um serviço aos seus associados e a todos os trabalhadores do município.-----

----- Sublinhou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa podia continuar a contar com o apoio do Partido Socialista.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** disse que gostaria de abordar ali o problema da descentralização administrativa, da reforma administrativa da Cidade de Lisboa, pois como todos sabiam naquela reforma, o PSD tinha sido uma peça fundamental na sua concretização, e queria continuar a sê-lo uma vez que entendia que aquela reforma era completamente benéfica para a cidade e para os cidadãos, para a economia da cidade e para o conjunto das freguesias. Por isso, o PSD estava disposto em continuar a colaborar intensamente no sentido que todos os problemas fossem resolvidos num consenso alargado para que de futuro não houvesse contestação àquela reforma.-----

----- Sublinhou que não lhe passaria pela cabeça que as freguesias não fossem tratadas de forma igualitária já que tinham o mesmo escalão, as mesmas obrigações, pelo que tinham de ser tratadas da mesma forma, e não era preciso dizê-lo.-----

----- Referiu o problema decorrente daquela matéria e que tinha afetado seriamente a cidade e que tinha sido a greve dos lixos. Julgava que, por culpa da Câmara, tinha havido uma falta de comunicação em relação àquilo que era o motivo da greve, ou seja, muitos pensaram que aquilo que iria ser descentralizado era a remoção o que levou a alguma preocupação e inquietude, como é que a remoção iria ser gerida pelas freguesias. Posteriormente, foi corrigido, ou seja, o que estava em causa era a lavagem

e a varredura que iriam passar a ser geridos ao nível da freguesia com a vantagem da aproximação tendo em vista os resultados. -----

----- Disse que, no entanto, havia uma dúvida que subsistia e que tinha sido referida por alguns colegas seus, Deputados Municipais, e que era que em alguns casos os funcionários transferidos para as Juntas de Freguesia, podiam vir a ser prejudicados nas suas remunerações, não só nas remunerações efetivas, como nas extraordinárias, no que respeitava ao montante que estavam habituados a receber como funcionários da Câmara Municipal de Lisboa. Gostaria que aquela questão fosse completamente esclarecida para que não houvesse dúvidas, porque se de facto aqueles trabalhadores fossem prejudicados, teria de haver uma forma de corrigir tal situação. -----

----- Quanto ao assunto da Colina de Santana, referiu que aquela zona da cidade foi-se preenchendo, ao longo dos tempos, em termo urbanísticos, sem um plano, sem regras, à volta dos conventos e das grandes casas senhoriais, mas sem regras, o que criou algumas dificuldades em termos do próprio urbanismo daquela parte da cidade. -----

----- Os antigos conventos, agora hospitais, iam ser desativados e iriam ter, naturalmente, outras funções. Em boa hora, a Assembleia Municipal propôs, pensava que na Conferência de Líderes, que se realizasse um debate profundo sobre aquela matéria. Um debate que analisasse as condições urbanísticas, sociais, de cuidados de saúde, etc.. Uma área que julgava ser de verdadeira importância, naquele assunto, era a área económica porque se tratava de uma área fundamental, a qual deveria também ser incluída naquele debate. -----

----- Sublinhou que a área envolvente da Colina de Santa era a área que apresentava os piores índices de qualidade de vida, com o maior número de prédios em mau estado, desocupados, com o maior número de pessoas isoladas nos seus fogos, tinha o menor número de crianças e o maior número de velhos, não tinha serviços de proximidade, não tinha espaços desportivos, o único espaço desportivo relevante era a Academia Militar que, naturalmente, tinha a suas contingências de utilização que uma Academia Militar tinha de ter, e tinha, também, o Lisboa Ginásio Clube. Era, portanto, uma zona com enormes carências e problemas, com grande dificuldade de acessibilidade principalmente por parte da população idosa. Portanto, era necessário analisar e aproveitar a oportunidade que era o lançamento dos loteamentos que estavam propostos pela ESTAMO os quais, naturalmente, iriam criar zonas habitacionais novas, com serviços, com comércio, com jardins, mas que não fosse um núcleo fechado de pessoas muito ricas porque aquele tipo de alojamentos não seriam baratos só sendo possíveis a pessoas de grandes rendimentos, pela sua localização, por serem novos, por terem condições excepcionais, enquanto o outro património edificado se ia degradando, sendo que cada vez menos existiam pessoas do próprio bairro, da própria área, que ocupassem aquelas casas, uma situação que tinha de ser corrigida. E era uma oportunidade única de se ver o problema não de forma seletiva, mas de forma global.--

----- Assim, era fundamental que os pedidos de informação prévia fossem suspensos, e que fosse criado um grupo de trabalho, um gabinete, uma estrutura que fosse ágil e capaz de atuar rapidamente, e que tivesse capacidade de dialogar com a Câmara e com a ESTAMO, com a Administração central, com a Banca, no sentido de ir resolvendo

aqueles problemas que tinham a ver com a recuperação urbanística daquela zona principalmente da zona que se encontrava degradada, sem qualidade de vida, era aquela zona a que necessitava de ser corrigida para que a cidade melhorasse. Um grupo de trabalho que teria que, imediatamente, criar uma área crítica de reabilitação urbana para que pudesse agir de forma eficaz sobre todos os atores, um grupo de trabalho que proporia à Câmara três unidades de execução, uma que coincidissem com o plano de urbanização da Avenida da Liberdade e zona envolvente, o qual já tinha regras próprias estabelecidas pelo que seria fácil atuar, a outra poderia ir desde o Martim Moniz até ao Campo de Santana, e por último aquela que iria até à Praça José Fontana. E aquelas unidades de execução obrigatoriamente, teriam que ser aprovadas na Câmara e na Assembleia Municipal. -----

----- Disse que aquela seria uma proposta concreta a levar á Câmara para um verdadeiro programa de regeneração da Cidade de Lisboa e, naquele caso, da Colina de Santana. Esperava que tal tivesse êxito com a disponibilidade demonstrada pelo partido Socialista em dialogar e acordar com os restantes partidos políticos, o que fosse melhor para a Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** disse que a Cidade de Lisboa tinha perdido um grande lisboeta Eusébio da Silva Ferreira, pelo que o Partido da Terra gostaria de manifestar o seu voto de pesar a todos os portugueses, aos lisboetas e à família de Eusébio, recomendando à Câmara que inicie o processo de atribuição do nome de Eusébio a uma artéria da cidade que o próprio tanto amava. -----

----- Referiu o desagrado do Partido da Terra pela forma como foram distribuídos os tempos de intervenção dos grupos municipais, em clara violação do Regimento da Assembleia, atualmente em vigor. Se no que respeitava ao PAOD teriam de se sujeitar a uma, muito discutível, diminuição dos tempos de intervenção concertada entre a atual maioria daquela Assembleia, PS e PSD, pela imposição do artigo 52º da Lei 75/2013, no que respeitava aos restantes tempos de intervenção que não se encontravam sujeitos a qualquer restrição por parte da referida lei, o Partido da Terra exigia que o Regimento atualmente em vigor fosse integralmente, cumprido e respeitado até á sua eventual substituição. -----

----- Quanto á falta de limpeza da cidade, disse que a acumulação de lixo junto aos contentores espalhados pela cidade era uma realidade e que era a marca registada dos executivos camarários do Dr. António Costa. Assim, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara dissesse se na rua onde aquele morava, o lixo biológico tinha sido, ou não, recolhido. Se tinha sido recolhido, que o mesmo dissesse que tipo de “cunha” é que os cidadãos da cidade teriam de meter ao Senhor Presidente da Câmara de Lisboa para que as ruas onde moravam tivessem o mínimo de dignidade e higiene. Se pelo contrário, a rua onde o Senhor Presidente da Câmara morava se encontrava votada, também, ao esquecimento da Câmara, que o Senhor Presidente explicasse como é que Lisboa tinha estado sem recolha do lixo biológico durante treze dias seguidos. Era uma falta de capacidade que o Senhor Presidente da Câmara demonstrava em gerir os serviços camarários, sendo que não podia criticar aqueles que lutavam contra o desmantelamento dos serviços municipais, pois aqueles lutavam pelos seus direitos e

contra o desemprego que era certo pela via da Reforma Administrativa. Os lisboetas compreendiam as razões daquela greve, o que não compreendiam era como é que o Senhor Presidente da Câmara tinha deixado aquela situação chegar ao ponto que tinha chegado, transformando Lisboa na capital europeia do lixo, uma vez que não tinha plano de contingência para aquele tipo de situações.-----

----- Quanto á Informação Escrita do senhor Presidente, perguntou o que era que a Câmara tinha andado a fazer entre o período de quinze de agosto e vinte e cinco de outubro do ano anterior. A última informação acabava precisamente a quinze de agosto.-----

-----Sublinhou que como pontos negativos, ou menos positivos, referiu o ponto número um referentes à descentralização de meios e de competências nas freguesias de Lisboa.-----

----- Quanto ao ponto número dezanove, também ele negativo, relativo às iluminações de natal, uma vez que no Partido da Terra continuavam a considerar aquele tipo de despesas como uma afronta á miséria que existia na cidade, uma cidade com setecentas pessoas sem-abrigo.-----

----- Também o ponto número quinze, um ponto negativo, referente á semana da reabilitação urbana de Lisboa uma vez que no Partido da Terra entendiam que mais importante que falar era fazer, coisa que aquele executivo parecia desconhecer. Para além que não sabiam que tipo de despesa teria o Município de Lisboa a realizar com a concretização daquelas iniciativas, despesa aquela que deveria ser utilizada diretamente na reabilitação urbana, e não em propaganda sobre a mesma.-----

----- Como pontos positivos referia o trabalho célere desenvolvido pelo Senhor Vereador Fernando Medina na elaboração e apresentação do orçamento e Plano de atividades para dois mil e catorze.-----

----- Outros pontos positivos são: a nova “Startup” na Baixa de Lisboa, a apresentação do cartão BLX e a participação da Câmara Municipal de Lisboa na celebração das comemorações do Primeiro de Dezembro, pois o Partido da Terra concordava com o Senhor Presidente da Câmara quando o mesmo dizia que o Primeiro de Dezembro era uma data de extrema importância para a história do país. E aplaudia fortemente a intenção do executivo em transformar o centro da cidade numa grande sala de aula coletiva ainda naquele ano.-----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que não existia violação do Regimento, e lembrou o Senhor Deputado Municipal António Arruda que o atual Regimento violava, aquele sim, a Lei em vigor e por isso, na primeira sessão, fizeram uma alteração ao regimento para compatibilizar o Regimento com a lei em matéria de gestão de tempos em sede de período antes da ordem do dia. E tinha ficado combinado entre todos, em Conferência de Representantes, que até se ter o novo Regimento aprovado iriam adaptando as grelhas de tempo em sede de Conferência de Representantes, e era aquilo que faziam.-----

----- O Senhor Deputado gozou do tempo considerado correto em sede de Conferência de Representantes. E já agora, informava que já tinha sido distribuído aos líderes dos grupos municipais a proposta de alteração do Regimento. Se tudo corresse bem,

julgava que já no próximo mês poderiam aprovar a proposta de alteração do Regimento, sendo que a questão dos tempos ficaria resolvida, definitivamente.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** disse que a Informação Escrita do Senhor Presidente era longa, com vinte pontos, teriam de se focar, e com toda a atenção, no primeiro ponto que era a descentralização administrativa de meios e competências para as freguesias pois era aquele assunto que marcava o início do mandato.-----

----- Disse que o BE sempre teve uma posição bastante clara face à Reforma Administrativa. Tinham uma proposta própria, pois discordaram com aquela, e por isso, debateram-se, apresentaram os seus argumentos, mas concordavam com a necessidade do processo de descentralização de mais proximidade, de mais democracia porque era daquele modo que se construía uma cidade participada. -----

----- Referiu que depois de concluído aquele processo de Reforma Administrativa, a concretização daquela reforma, havia duas formas de a fazer; uma era fazê-la em diálogo e com os trabalhadores, e outra era em conflito e contra os trabalhadores. E o que tinha surgido no final do ano foi o conflito mais pesado com o executivo pelos doze dias de greve dos trabalhadores da limpeza urbana. Todos sabiam o tão difícil que era fazer greve nos tempos que atual, pois os rendimentos dos trabalhadores estavam cada vez mais, encolhidos, e cada dia de greve era um dia pesado nos rendimentos daqueles trabalhadores e das suas famílias. E a verdade, era que os trabalhadores olhavam para a Câmara Municipal de Lisboa, e para aquele executivo, e para os últimos anos, e reparavam numa tendência, numa evolução; mais precariedade, com vínculos mais precários, em que os trabalhadores trabalhavam com base na chantagem, viam serviços públicos postos em causa, viam cada vez mais o recurso ao *outsourcing*, em várias áreas da Câmara, havia, portanto, cada vez mais a concessão de exploração de equipamentos tratando-se de verdadeiros processos de privatização de serviços públicos. E a dúvida que pairava nas mentes dos trabalhadores era que se a Câmara tinha políticas que iam naquele sentido, porque não, também, as Juntas de Freguesia para onde iriam ser transferidos, aquela era a questão que os próprios trabalhadores colocavam.-----

----- Sublinhou que nas reuniões com os sindicatos, o Senhor Presidente da Câmara já tinha fornecido várias informações. Primeiro disse que seriam cativados os lugares na Câmara, caso os trabalhadores regressassem, durante quatro anos. Depois disse que seria até à idade da reforma, mas a verdade, e o que estava refletido na respetiva proposta era que apenas seriam cativos no mapa de pessoal sem dar qualquer tipo de prazo, ou seja, o mapa de pessoal era refeito todos os anos e se aquela garantia podia ser dada para o ano dois mil e catorze, queria dizer que em dois mil e quinze a garantia não subsistia, deixando de existir a cativação desde que o mapa de pessoal assim o refletisse. Pedia, assim, ao Senhor Presidente que integrasse na respetiva proposta que a cativação fosse feita até à idade da reforma dos trabalhadores, tornando, daquela forma, as coisas mais claras e com mais garantias para os trabalhadores.-----

----- Em conclusão, disse que o BE entendia que aquele processo de greve que tinha tido impactos difíceis e notórios nas ruas de Lisboa, tinha demonstrado que havia uma

importância fundamental dos serviços prestados pela Câmara, nomeadamente, nos Resíduos Sólidos e Urbanos, mas que, sobretudo, a cidade era construída, era mantida em funcionamento, por aqueles trabalhadores. Assim, o BE saudava os trabalhadores pela dignidade da sua luta, pela dignidade de terem mantido uma greve tão prolongada, porque também eram eles que ajudavam a construir a cidade e que a defendiam. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, disse que naquele ponto da apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, no período compreendido entre vinte e quatro de Outubro a quinze de Dezembro, o Grupo Municipal do Partido Ecologista «Os Verdes» tinha algumas considerações a fazer e algumas questões que gostaria de ver esclarecidas. -----

----- Logo no primeiro ponto daquela informação escrita, o Sr. Presidente referia a descentralização de meios e de competências nas freguesias de Lisboa. Ora, sobre aquela matéria, «Os Verdes» voltavam a afirmar a sua posição contra o esvaziamento das competências do município, em áreas fundamentais como as que estavam em causa, com o propósito de entregar serviços municipais a freguesias que não iam ter capacidade de resposta, e que poderia trazer o desmantelamento daqueles serviços que funcionavam de forma integrada. -----

----- Receavam aquele desmantelamento, e defendiam a manutenção daqueles serviços no município, assim como o vínculo dos trabalhadores. -----

----- Aproveitavam para expressar a sua solidariedade para com a luta dos trabalhadores do município de Lisboa, que defendiam os seus postos de trabalho e vínculo laboral, mas também os cidadãos de Lisboa e um serviço de qualidade. -----

----- Perguntou porque não foram os trabalhadores auscultados no sentido de saber se havia quem estivesse interessado em ser transferido em regime de mobilidade interna, mantendo o seu vínculo à Câmara. -----

----- Ao longo da centena de páginas que compunha aquele relatório, entre novembro e dezembro, não encontraram referências a eventuais reuniões com os representantes dos trabalhadores. Seriam os trabalhadores ouvidos só depois da proposta ter sido aprovada em Câmara, perguntava. -----

----- Na página quatro, no ponto catorze, era referida a biblioteca itinerante, o que os levava a questionar se naquele momento apenas havia uma biblioteca itinerante, e qual, em vez das duas carrinhas que circulavam pela cidade. -----

----- Referiu que olhando também para os locais por onde passava aquela biblioteca, eram obrigados a perguntar porque não ia, a mesma, a bairros mais necessitados culturalmente. Seria entendimento do executivo que determinadas zonas e bairros da cidade podiam ficar privados daquele serviço, perguntou. Se assim fosse, era caso para dizer que a política cultural do executivo estava muito aquém de cumprir o direito ao acesso à cultura, direito que a Câmara tinha o dever de concretizar, tornando-o acessível a todos, sem exceção. -----

----- Gostariam, também, de saber se seria naquele mandato, e quando, que Lisboa passaria a ter uma estratégia para a manutenção e gestão dos espaços verdes, em vez das propostas avulsas para tratar daqueles espaços. -----

----- Parecia que um mandato não foi suficiente para ser apresentada aquela estratégia, esperavam, portanto, que o fosse, indo ao encontro de uma promessa do executivo, que já há muito estava a ser desrespeitada. -----

----- Sobre o encerramento da Loja do Cidadão nos Restauradores, disse que gostariam que o executivo os esclarecesse sobre qual era a sua posição. A cidade via encerrar aquele serviço, que era utilizado diariamente por cerca de três mil utentes, com todos os inconvenientes daí resultantes, ficando o centro de Lisboa sem alternativa para os serviços ali prestados e não sabiam o que pensava a Câmara sobre aquela situação, nem que diligências, tomou sobre aquela matéria. -----

----- Sobre o Campo de Tiro a Chumbo em Monsanto, gostariam, também, de saber se o mesmo já se encontrava desativado, se a sua requalificação já tinha tido início e, se não, quando teria e em que consistia tal requalificação, perguntou. -----

----- Não questionavam naturalmente a legitimidade daquela atividade, mas pareciam-lhes inadequada a existência de um Campo de Tiro a Chumbo no interior do Parque Florestal de Monsanto, conhecendo-se os impactos negativos que tinha, como a poluição sonora e a contaminação dos solos e dos lençóis freáticos. Portanto, todos teriam o maior interesse em acompanhar aquele processo, razão pela qual aguardavam uma resposta por parte do executivo sobre aquela matéria. -----

----- Outro assunto que há muito aguardava resolução: o Complexo Municipal do Casal Vistoso. Aquele Complexo Desportivo era composto por diversas estruturas e era a instalação desportiva municipal com maior taxa de ocupação, sendo diariamente frequentada por centenas de desportistas das mais variadas modalidades, recebendo inúmeras provas desportivas. -----

----- No entanto, e apesar de tudo aquilo, havia um espaço de cafetaria, totalmente equipado e pronto a funcionar, que continuava encerrado, sendo as máquinas de distribuição automática, quando funcionavam, os únicos locais onde desportistas e funcionários podiam adquirir alimentos, dentro do espaço desportivo. Era caso para perguntar se a câmara sabia que existe aquele espaço. E, também, era caso para perguntar se realmente estiveram em curso os procedimentos para abrir aquele espaço de restauração, porque não sabiam qual o resultado, nem o que aconteceu para tudo estar na mesma. -----

----- Para terminar, e sendo esta a primeira informação escrita do Sr. Presidente deste mandato, infelizmente, na nossa perspetiva, já é bem notória a linha que será seguida daqui para a frente. Será a continuação do que já tivemos até aqui, sabendo-se que nem sempre prevaleceu o interesse da cidade e, por opção, nem sempre se aproveitou a oportunidade de termos uma cidade melhor e mais próxima das pessoas. -----

----- Referiu que quem lia aquela Informação Escrita, via que o Senhor Presidente se repetia em relação às anteriores, era igual a tantas outras que já ali foram analisadas e nada voltada para as questões essenciais do dia-a-dia. A continuar assim, muitos dos problemas da cidade iriam agravar-se, e continuariam sem saber o que pensava o executivo fazer, para os solucionar. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, disse que como sempre, no início da Informação Escrita do Senhor Presidente, eram destacados, entre vários, um conjunto de pontos, pelo Senhor Presidente da Câmara.---

----- Porém, e independentemente da importância e pertinência daquela seleção, os Deputados Municipais Independentes gostariam de, cumulativamente, fazer também os seus destaques, pelo que realçariam um conjunto de ações e iniciativas pela sua importância no reforço de proximidade da Câmara aos seus munícipes, assim como das componentes de cidadania, desenvolvimento local e direitos sociais dos habitantes de Lisboa. -----

----- Sublinhou que, em primeiro lugar, gostariam de saudar um conjunto de iniciativas de reforço naquelas áreas que lhes pareciam exemplares pelo seu enfoque, o início do programa “Loja no Bairro” que tinha arrancado com a entrega dos primeiros vinte espaços, dezasseis dos quais em Bairros Municipais, e quatro em património disperso, destinados ao desenvolvimento de atividades comerciais e à instalação de projetos de criação de microempresas, o que era uma solução que visava estimular a economia local através da criação de emprego pela disponibilização daqueles espaços devolutos.

----- Também, destacavam o subsídio municipal ao arrendamento uma medida transitória, enquanto não era criado pelo Governo o prometido apoio consagrado na nova lei do arrendamento que visava apoiar os agregados que se encontravam com dificuldade em suportar as despesas inerentes ao arrendamento da sua habitação, em Lisboa. -----

----- Ambas as iniciativas visavam responder a um cenário de crise social que o país atravessava, e que de acordo com um programa de governo municipal que se pretendia em contra ciclo. -----

----- Sublinhou, igualmente, uma pequena obra de menor escala mas não de menor importância, a “Conferência Vida Independente” no âmbito das comemorações do dia internacional da pessoa com deficiência, no passado dia três de dezembro, com o objetivo de recolher contributos para a legislação da autonomia pessoal, invento onde também foi inaugurada a rampa de acesso à plateia da Assembleia Municipal, adaptando aquela sala a um acesso universal. -----

----- Quanto às zonas de imições reduzidas, que embora referidas na Informação Escrita não se encontravam explícitas à forma de continuidade da sua implementação, ainda que a concretização da terceira fase daquele processo estivesse programado para ter início a um de janeiro de dois mil e catorze. -----

----- Por fim, e quanto à descentralização dos meios e competências para as Juntas de Freguesia e, apesar dos Deputados Municipais Independentes concordarem com uma necessária descentralização que tornasse as freguesias mais fortes e o governo da cidade mais próximo e participado, tinham algumas dúvidas e reservas relativamente à condução daquele processo e que deixariam ali expressas. Ainda que compreendam que deverá, decorrente do articulado da Lei 56/2012, estar iniciado até ao próximo dia trinta de janeiro, tinham algumas dúvidas que a celeridade com que está a ser implementado possa colocar em causa a sua eficaz implementação. Provavelmente, a maior vítima daquela celeridade seria um bem que todos ali prezavam, a informação,

ou seja, ainda que tenham ali acesso privilegiado à informação, levantava-se alguma preocupação por parte de alguns Deputados relativamente àquele processo de descentralização. Primeiro, como é que foram calculados os montantes a transferir para as novas vinte e quatro freguesias referidas na Lei 56/2012, e se os mesmos seriam ajustados, e como, face à sua natural necessidade de atualização. Quando e como, e através de que critérios, se processaria a transferência dos trabalhadores da Câmara para as freguesias, quantos eram e que categorias específicas e se aquelas se coadunavam com as necessidades de cada freguesia. Quais eram as competências, equipamentos e espaços que passariam para a gestão das freguesias, uma vez que até à data a única informação disponível era apenas o que não passava naquele processo, ou seja, os espaços estruturantes que constituíam, precisamente, a exceção à regra. Ou mesmo, como é que se coadunava a eventual conflitualidade diante das competências concorrentes entre a Câmara e Juntas de Freguesia, e que instrumentos seriam utilizados para articular informação e procedimentos. -----

----- Entretanto, as outras dúvidas apresentadas que lhes levantava alguma preocupação numa fase do processo em que achavam que as mesmas já deviam estar sanadas. Pelo que faziam ali um apelo à Câmara Municipal de Lisboa que prestasse a todos os intervenientes; Presidentes de Junta, trabalhadores da Câmara, Deputados Municipais e munícipes, toda a informação que dispunha sobre aquele processo.-----

----- Faziam, igualmente, uma sugestão final que a Câmara Municipal promovesse em campanha de divulgação massiva junto dos munícipes relativamente ao que iria mudar na sua relação com a Câmara Municipal e as freguesias, ou seja, que elaborasse um manual para o município relativamente àquele assunto, e que esperavam que tornasse as freguesias mais fortes e o governo da cidade mais próximo e mais participado.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, disse que como sabiam o CDS era, ao longo dos tempos, um defensor acérrimo da Reforma Administrativa da cidade, aliás, até tinham proposto, em tempos, uma reforma bastante mais exigente do que a atual, com menos freguesias do que atualmente, existiam. -----

----- No entanto, algumas questões surgiam pela forma como o processo de delegação de competências era conduzido. -----

----- Na apresentação da Informação Escrita pelo Senhor Presidente, o mesmo indicou que existia direitos adquiridos acumulados para os trabalhadores que migravam da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. E a primeira questão que colocava era um funcionário que já estivesse na junta, e que ali trabalhasse há dez anos, por exemplo, que já tenha demonstrado as suas capacidades, via um outro funcionária que entrava para aquela mesma junta, que vinha da Câmara com os mesmos anos de “casa”, teria aquele mais direitos do que o colaborador que já estava na junta, perguntou. Ou seja, o colaborador da junta sentir-se-ia injustiçado em termos comparativos com o novo colaborador da junta, assim, onde estava a equidade naqueles casos. Será que havia algum tipo de uniformização de direitos, perguntou. Era uma questão que preocupava o CDS-PP, pelo que gostariam de obter mais

esclarecimentos sobre aquele tema, pois gostariam de ver garantidos os direitos sociais que seriam equitativos e que respeitariam todos, de igual forma. -----

----- O processo de delegação de competências poderia não estar a ser conduzido da melhor forma. E o melhor exemplo do que dizia era a greve dos lixos, ou seja, Lisboa esteve durante duas semanas sem recolha de lixo, portanto, os lisboetas estiveram privados de um serviço que sempre lhes foi assegurado, sendo colocada em causa a saúde pública com as ruas transformadas em lixeiras. Assim, o CDS-PP perguntava onde estava o plano B, ou não existia nenhum plano B para aquele tipo de situações, perguntava. O CDS-PP queria esclarecimentos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra, disse que o PCP saudava todos os trabalhadores e mostrava-se solidário para com a greve, no âmbito da higiene urbana, lamentar a capacidade de negociação com os trabalhadores, bem como os graves prejuízos para os municípios de toda a cidade. -----

----- Referiu que como sabiam o PCP não estava contra a descentralização de competências, aliás, as Juntas de Freguesia da CDU foram aquelas que, até à data, tinham assumido mais competências naquela área, eram, sim, contra o processo em si. Eram contra as decisões unilaterais, eram contra a visão autocentrada da Câmara Municipal de Lisboa, eram contra as indefinições, e eram muitas pelo que tinham percebido do processo. -----

----- Recordou que as Juntas de Freguesia da CDU foram aquelas que mais descentralizações tinham tido ao longo do tempo. -----

----- Na sequência da Informação Escrita do Senhor Presidente gostaria de chamar a atenção para a falta de envolvimento sério e permanente dos trabalhadores da Câmara Municipal, onde se incluía os sindicatos, ao longo de todo aquele processo. Não foram ouvidas as necessidades locais, as Juntas de Freguesia, pelo que prejudica o próprio processo. -----

----- Sublinhou que a preocupação do PCP era que pudesse estar em curso um desmembramento de meios e de recursos tão essenciais para a cidade. E tinham dúvidas no que dizia respeito à falta de critérios objetivos na atribuição de recursos financeiros às vinte e quatro freguesias, e pelo que parecia não eram os únicos com tais dúvidas. Tinham, também, dúvidas relativamente ao desmantelamento das bibliotecas municipais, e pelo que parecia, também, não eram os únicos. Tinham muitas dúvidas e esperavam, sinceramente, que uma discussão séria e empenhada por parte daquela Assembleia Municipal esclarecesse todas aquelas dúvidas, atenuando todas as preocupações, quer por parte dos Grupos Municipais, quer por parte dos trabalhadores, quer por parte das Juntas de Freguesia e, também, por parte dos municípios. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** disse que também ele era grande apreciador de todo o trabalho feito pelo Eusébio, até porque era benfiquista, mas que considerava que o Eusébio não podia servir para tudo tal como o demonstrava o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro na sua intervenção. -----

----- Gostava também, de saber quais é que eram os serviços públicos que estavam a ser destruídos. -----

----- Considerava que o respeito pelos trabalhadores foi sempre uma prática verdadeira por parte do executivo, e o exemplo disso eram as próprias proposta e o trabalho levado a cabo pela respetiva comissão.-----

----- O ataque que faziam àquela reforma, colocavam uma questão difícil às Juntas de Freguesia, pois com tal ato desacreditavam e descredibilizavam a capacidade que as Juntas de Freguesia tinham para gerir os recursos e as competências que lhes estavam a ser transmitidas. Aquelas novas competências, o PS acreditava que as juntas tinham plena capacidade e toda a competência para as exercer em condições.-----

----- Sublinhou que era importante, também, referir a desinformação levada a cabo pelo PCP no que respeitava à limpeza, à varredura e à remoção dos resíduos sólidos, e que eram duas coisas completamente diferentes. E aquela desinformação também tinha o seu “carimbo”.-----

----- Quanto á intervenção do Senhor Deputado Municipal Vitor Gonçalves, disse que o tratamento igual das freguesias que o mesmo tinha referido, dizia respeito não à cor política de cada freguesia, mas às especificidades próprias de cada freguesia. Compreendia aquela posição, mas queria garantir que quando ali se falava em equidade de tratamento, era tratar os iguais como iguais, e os desiguais como desiguais, independentemente da cor política, mas atendendo às especificidades de cada uma das freguesias que, como reconheceria, não eram as mesmas.-----

----- Referiu que a Câmara Municipal de Lisboa tinha remetido a todos os lisboetas uma brochura em que referia quais é que eram as competências que seriam transferidas para as Juntas de Freguesia.-----

----- Disse que a manutenção da relação jurídica de emprego público estava garantida. A manutenção da carreira e da categoria do trabalhador e do posicionamento remuneratório estava garantida. A salvaguarda da antiguidade do trabalhador para efeitos legais, estava garantida. A inexistência de qualquer período experimental estava garantida. Se tivessem lido a proposta veriam que os direitos dos trabalhadores estavam garantidos.-----

----- Relativamente à Colina de Santana, disse que seria importante agradecer o contributo que o Senhor Deputado municipal Vitor Gonçalves tinha dado, valorizando o papel da Assembleia Municipal, ouvindo e organizando debates como aquele como sendo a casa da cidadania.-----

----- Quanto ao Senhor Deputado do Partido da Terra, disse que a forma que o Partido da Terra encontrava para resolver o problema da greve era furá-la, e como era natural, o Partido Socialista não ia associar-se, pois discordavam da greve mas respeitavam. ---

----- Quanto ao Senhor Deputado Ricardo Robles do BE, lembrou que tinha sido o Senhor Presidente da Câmara Municipal que tinha integrado todos os trabalhadores que estavam a recibos verdes.-----

----- Relativamente à Senhora Deputada Cláudia Madeira, disse que não podia haver mobilidade porque estavam a falar de um competência que passava a fazer parte das Juntas de Freguesia, e se a competência passava a ser própria, não podia haver mobilidade, ou seja, não podiam transferir uma competência e a seguir não transferir

os trabalhadores. Não podiam contratar trabalhadores de uma entidade que não aquela que tivesse a competência para efetuar o trabalho. -----

----- Quanto à intervenção do Senhor Deputado Municipal Miguel Graça, referiu que o mesmo tinha deixado ali uma síntese fiel das questões que eram levantadas na quinta comissão, e da prontidão e disponibilidade manifestada pelos vereadores que tinham estado nas reuniões da comissão, na celeridade das respostas e da abertura que era manifestada pelos três elementos do executivo que, até à data, tinham sido ouvidos pela comissão. -----

----- Quanto à Senhora Deputada Municipal Maria Aldim do CDS-PP, disse que aquela era uma sequência da intervenção da Senhora Deputada Cláudia Madeira. Disse que as competências não podiam ser delegadas, tinham que ser transferidas porque eram próprias. Um outro aspeto que a Deputada tinha referido e que eram os direitos dos trabalhadores das Juntas de Freguesia não serem iguais aos direitos dos trabalhadores da Câmara Municipal, disse que naquela proposta não podiam constar os direitos dos trabalhadores das Juntas de Freguesia porque a proposta não era das Juntas de Freguesia, a proposta era da Câmara Municipal, portanto, competiria no futuro a cada Junta de Freguesia assegurar que existiria uma equiparação de direitos entre os funcionários que transitavam da Câmara Municipal e os funcionários que estavam na Junta de Freguesia. O que não fazia sentido era que fosse a Câmara Municipal a dizer às Juntas de Freguesia como é que iriam equiparar ou quais é que eram os instrumentos que iam utilizar para equipararem os seus trabalhadores no caso de os direitos não serem os mesmos. -----

----- Por fim, dava as boas vindas ao Senhor Deputado Fábio Sousa do PCP, dar as boas vindas àqueles que como a larga maioria daquela Assembleia estavam a favor da reforma administrativa da cidade. E agradeceu. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** disse que começaria por fazer uma pequena referência ao que tinha ouvido do Senhor Deputado do PS, no que dizia respeito à falta de informação dos lisboetas em geral, aliás, já ali referido por outras bancadas, quanto à confusão que se tinha estabelecido entre a varredura e a lavagem das ruas e a recolha do lixo. Afirmou que o que não sabia, e que a espantou, foi que aquela desinformação teria sido obra do PCP. Como toda a cidade não estava, realmente, bem informada, era caso para dizer “assim se Vê a força do PC”. -----

----- Ainda uma outra nota para clarificar, o PCP tinha sido uma das primeiras forças políticas que se tinha debatido pela descentralização de competências para as juntas de Freguesia, e que isso não ficasse esquecido. E uma coisa era a descentralização, e outra era o processo que estava a ser conduzido e com o qual não concordavam. -----

----- Referiu que, quanto à Informação Escrita, eram dignas de nota as menções referenciadas na introdução do Senhor Presidente. Mas havia questões que tinham de ser resolvidas pois não estavam de acordo com a imagem de uma cidade moderna e cosmopolita. -----

----- Assim, levantava a questão dos semáforos, objeto de uma recomendação já aprovada em novembro, naquela Assembleia, mas, infelizmente, o problema persistia, agravando-se, inclusive. Constaram a degradação progressiva dos semáforos em vastas

zonas da cidade, com luzes que não funcionam gerando dúvidas a quem circulava, peões, automobilistas, decorrendo situações de perigo para o tráfego automóvel, mas com maior gravidade para os peões. -----

----- Subsistiam os problemas de limpeza um pouco por toda a cidade; as folhas das árvores amontoavam-se e não eram recolhidas, os passeios permaneciam sujos. As ruas apresentavam buracos e o mau estado do piso potenciava situações de perigo para todos. -----

----- Quanto ao Mercado de Campo de Ourique, disse que ao longo dos anos aquele mercado vinha a ser esvaziado das suas bancas mais tradicionais, com o afastamento dos respetivos comerciantes, devido, também, às taxas de ocupação que agora estavam entregues aos concessionários.-----

----- Por outro lado, os moradores queixavam-se do barulho e tráfego que era intenso nas ruas circundantes e, com certeza, a Câmara poderia intervir no sentido de minorar aquelas situações. -----

----- Para finalizar, sublinhou o conflito que rodeava os terrenos da Feira Popular e do Parque Mayer, e lembrava aquela Assembleia que aquela situação só tinha sido possível porque, quer o Partido Socialista, quer, lamentavelmente, o Bloco de Esquerda, na altura votaram na Assembleia a favor da situação, e no fundo a Câmara ia agora resolver uma situação que, no fundo, tinha sido criado pelo Partido Socialista.

---- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (PS)**, no uso da palavra, disse que quanto à resolução do problema da permuta de terrenos entre a Braga Parques e a Câmara Municipal de Lisboa e que envolvia o Parque Mayer e os terrenos de Entrecampos, a sua importância devia-se a que evitava que uma decisão do tribunal acabasse por transformar uma forte penalização financeira da Câmara e numa má solução urbanística para a cidade, porque permitia ultrapassar uma situação de verdadeira guerrilha entre o proprietário e a Câmara Municipal de Lisboa o que impedia, na prática, a resolução de outros problemas urbanísticos em que aqueles dois atores estavam envolvidos e que eram importantes que fossem ultrapassados porque a cidade assim, carecia, e por outro lado, não menos importante, havia a possibilidade de reequacionar o futuro urbanístico dos terrenos de Entrecampos de modo a adequá-lo às necessidades da cidade e da sua população, nomeadamente, aqueles que mais precisavam do envolvimento do poder público para o momento crítico que o país atravessava. -----

----- Havia, no entanto, algumas lições a retirar daquele processo, nomeadamente, não havia a possibilidade de concretizar grandes projetos urbanísticos uteis e necessários à cidade sem a formalização de compromissos entre os vários atores, e interesses que se expressavam na cidade, sendo que a questão que se colocava não era a existência de compromissos entre a Câmara, interesses privados e os interesses da população em geral, nem apenas os objetivos que aqueles compromissos procuravam alcançar. A velha máxima que “os fins justificam os meios”, já tinha deixado na história recente do país e da Europa, um rasto de atentados ao interesse coletivo que, felizmente, já tinham desacreditado aquela máxima perante as pessoas e cada vez mais, perante forças políticas.-----

----- O que importava era discutir a clareza com que aquele compromisso era feito, quanto aos propósitos, quanto à transparência dos aspetos que lhe davam conteúdo, quanto á coerência do PDM com visão estratégica para a Cidade de Lisboa e onde o interesse público da cidade e dos seus habitantes fossem claros e sem subterfúgios. ----

----- Aquele era também um processo exemplar no que se referia à forma pouco transparente e, ainda, menos participada como todo aquele processo foi conduzido ao longo de vários mandatos, ao contrário daquilo que foi feito com o Parque Mayer em que um plano de pormenor sujeito á prévia definição dos seus objetivos urbanísticos por parte da Câmara e da Assembleia Municipal e de um amplo debate público entre opções contrastantes para aquele território, pensavam que era um bom exemplo a seguir para aquilo que se devia definir para o terreno da antiga Feira Popular, em Entrecampos. -----

----- Que aquela oportunidade possa ser bem aproveitada de forma a corrigir os erros do passado que se tinham avolumando ao longo de vários executivos municipais, e relançar o processo de planeamento urbanístico, aberto, participado e coerente e que tinha sido iniciado com o plano de pormenor para o Parque Mayer e que se esperava que fosse extensível a Entrecampos. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra, e utilizando o tempo que lhe foi cedido pelo CDS-PP, disse que só queria esclarecer o Senhor Deputado Manuel Lage que o Partido da Terra não era contra a greve e nem eram fura greves. O que o partido da Terra achava era que a Câmara devia ter um plano de contingência para evitar a situação de acumulação de lixo na cidade, tal como se tinha verificado, pois era a saúde pública que foi colocada em causa.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Drago (BE)** disse que estavam ali a ser discutidos dois grandes assuntos, o primeiro era o acordo global apresentado pelo Senhor Presidente António Costa no que tocava aos terrenos da antiga Feira Popular e do Parque Mayer mas verdadeiramente, aquela Assembleia Municipal ainda não tinha um conjunto de informação que entendia ser determinante na análise daquela solução que tinha sido encontrada, e não tinha dúvidas que aquela seria uma matéria que iriam seguir com toda a atenção. Quanto ao segundo grande tema político, o processo de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, um processo político ambicioso, tratava-se de uma nova forma de governar a cidade e de distribuir o seu poder por espaços e responsabilidades diferentes. E o BE sempre defendeu que uma maior proximidade permitia maior responsabilidade por parte dos órgãos autárquicos eleitos, e permitia também, uma maior capacidade de resposta e uma maior participação dos cidadãos. E, naquele sentido, o BE acompanhou aquele processo, questionando sempre a forma como o mesmo se fazia. -----

----- Referiu que era certo que não havia modelos fechados sobre a descentralização de competências. Aquele era o modelo seguido, tinham tido algumas divergências, podiam, no futuro, aprender com problemas que pudessem surgir da implementação daquele processo, mas estava a crer que foram discutidas duas matérias centrais; as funções que eram descentralizadas e a forma como aquelas funções se relacionavam com a vida direta das Juntas de Freguesia e dos municípios de cada freguesia, e a

questão do pessoal e dos trabalhadores da Câmara que acompanhavam aquelas mesmas competências. -----

----- Referiu que ficava claro que na Cidade de Lisboa aquele processo era um processo relativamente opaco para a maior parte dos munícipes, pois a Câmara Municipal não tinha feito qualquer tentativa de clarificar e de informar, verdadeiramente, os munícipes daquilo que iriam ser as atribuições e, naquele sentido estava a crer que algumas das sugestões que tinham ali sido deixadas pelo Deputado Miguel Graça deviam de ser seguidas, e o BE acompanhava aquelas sugestões no sentido de dar mais informação. -----

----- Havia, depois, um conjunto de funções que o BE tinha algumas dificuldades em perceber como é que as mesmas iriam ser articuladas e, talvez, o processo das bibliotecas fosse exemplar. Os rumores que se ouviram do processo de descentralização e da passagem das bibliotecas para as Juntas de Freguesia tinham gerado exemplos quase caricatos, e persistiam dúvidas havendo por isso a necessidade de deixar claro que política de divulgação e de empenho da Câmara Municipal no que tocava à rede municipal, que até à data não era suficientemente clara, devendo por isso prestar informação que era necessária. -----

----- Sublinhou que, depois, havia a questão do pessoal. Disse que a proposta de vinculação dos falsos recibos verdes e de vinculação daqueles trabalhadores na Câmara Municipal de Lisboa foi uma proposta trazida pelo BE no chamado acordo de Lisboa, e felizmente que António Costa e o partido Socialista entraram naquela proposta e foram parte fundamental da sua consagração. -----

----- Mas o que se passava, atualmente, com na passagem dos trabalhadores da Câmara para as Juntas de Freguesia era um processo muito pouco claro. O que se estava a discutir era como é que o envolvimento dos trabalhadores da Câmara Municipal na passagem para as Juntas de Freguesia resultou na maior greve dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, num total de doze dias, em que a Câmara Municipal não se mostrou disponível para o diálogo com os trabalhadores. -----

----- Sublinhou que achava ser importante perceber se o Senhor Presidente da Câmara tencionava dialogar com os trabalhadores. Havia, sim, um conjunto de garantias que estavam consagradas, mas pensava que havia novas garantias que deviam de ser dadas no que respeitava à capacidade da Câmara de manter os lugares cativos daqueles trabalhadores pelo tempo, pelo menos, da legitimidade política do Senhor Presidente António Costa à frente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, disse que os direitos no âmbito do estatuto dos funcionários públicos estavam consagrados na lei e parecia-lhe óbvio. O que pretendia ver ali esclarecido era, por exemplo, o acesso que os funcionários que iriam transitar para as Juntas de Freguesia, à medicina do trabalho, aos serviços sociais, à rede de refeitórios, à rede de unidades de educação, aos serviços de higiene e segurança no trabalho, às medidas de apoio à infância e adolescência e, ainda, ao plano de formação da Câmara Municipal de Lisboa, ou seja, o acesso àqueles serviços por parte dos funcionários que iriam transitar para as Juntas de Freguesia, iria manter-se, ou não, perguntou. -----

----- Como todos sabiam, o acesso àqueles serviços pelo funcionário afeto à Câmara tinha um custo, ou seja, parte do custo era imputado ao trabalhador, a outra parte era imputado à Câmara. E quando os funcionários transitassem para as juntas, quem iria pagar os custos daqueles serviços. Era aquele o esclarecimento que pretendia.-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, disse que informava que, relativamente a um dos assuntos ali falado, o que iria acontecer á rede de bibliotecas, tinha dado entrada na Assembleia uma petição com oitocentas e uma assinaturas, e que já tinha baixado à sétima comissão, a Comissão de Cultura, e que certamente a Senhora Presidente daquela Comissão, a Senhora Deputada Municipal Simoneta Luz Afonso, iria convocar a comissão para apreciar e fazer um parecer. E recordava como a petição tinha mais de duzentas e cinquenta assinaturas teria de ser debatida em ordem do dia em plenário da Assembleia Municipal.-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por referir-se à Colina de Santana, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tinha tido, e bem, a iniciativa de lançar um processo de debate público que lhe parecia bastante enriquecedor, mas convinha ter em conta que o processo não tinha nascido agora, pois aquele processo tinha uma história que envolvia a todos.-----

----- Há muitos anos, que existia o projeto de construção do Hospital de Todos os Santos, e não era só a construção do novo hospital, era também, uma peça fundamental para duas coisas; em primeiro lugar, para reestruturar os serviços de saúde hospitalar na Cidade de Lisboa, em segundo lugar, para instalar, na zona oriental da cidade, uma nova centralidade que era fundamental para a requalificação de toda a zona oriental e para inserção da zona oriental na Cidade de Lisboa em funções de maior relevância no conjunto da cidade. Por isso, sempre defenderam que era muito importante para o futuro da Cidade de Lisboa a instalação na Freguesia de Marvila do novo Hospital de Todos os Santos.-----

----- Referiu que quando tinha chegado à Câmara viu com satisfação que tinha sido, anteriormente, negociado a venda de um terreno por parte do município de Lisboa ao Estado, para poder ser construído aquele hospital, contrato que tinha dado lugar ao protocolo a que o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro ali se referiu com circunstância, mas sem pompa, tinha sido, de facto por si assinado, com o Senhor Ministro Correia de Campos, mas lamentava a modéstia do Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro que o fê-lo esquecer de dizer que aquele protocolo tinha sido, ali, votado, naquela Assembleia Municipal, no dia nove de dezembro de dois mil e nove, com o voto favorável do PCP e, muito provavelmente, com o voto favorável do Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, caso não tenha faltado àquela sessão. Porque como Deputado disciplinado do PCP, certamente, se ali estava aquando da votação, certamente tinha votado favoravelmente, tal como o PCP. Portanto, no mérito daquela obra não estava só o Senhor Presidente de Câmara, nem o Senhor Ministro Correia de Campos, estava igualmente o Senhor Deputado Modesto Navarro, o PCP; e todos os que tinham votado favoravelmente a proposta para a construção do Hospital de Todos os Santos e para a reestruturação hospitalar.-----

----- Relativamente à temática de transferência de competências, disse que tinha alguma dificuldade em como devia começar. A dupla CDS-PP e MPT, era inspiradora na ideia de dizer que era lamentável a Câmara não ter tido um plano B, um plano de contingência para a greve. Queria crer que em vários anos de democracia e de greve constitucional e legalmente consagrada, se devia saber que as entidades patronais estavam proibidas pela lei da greve de adotar serviços sucedâneos e alternativos àqueles que eram paralisados, exatamente, por motivos da greve. E, por isso, o Município de Lisboa estava impedido pela lei de fazer mais do que os serviços mínimos que tinham sido decretados, e que eram fixados pelo Estado num âmbito de um processo arbitral que decorria na Direção Geral da Administração e Emprego Público, no qual o Município entendia, e recorria, por estar contra os serviços mínimos que eram propostos pelos sindicatos, tendo que se submeter á arbitragem que era fixada. E os serviços mínimos tinham sido praticados e não menos do que os serviços mínimos. O que não podiam era fazer mais do que os serviços mínimos, por isso fizeram o que podiam ter feito, e que foi procurar colocar contentores de grande capacidade, contentores de obras, de forma a evitar que o lixo se espalhasse pelas ruas, e apelar às pessoas para que mantivessem o lixo em casa, ou o colocassem naqueles contentores. Apoiaram as ações de iniciativa das Juntas de Freguesia no sentido de minorar a situação que existiu, e fora aquilo, apenas se limitaram a cumprir a Lei da Greve, porque era aquilo que todos estavam sujeitos a fazer, pois fazia parte do diálogo e da vida democrática, e a greve era igualmente, uma das componentes. -----

----- Sublinhou que também o BE era, igualmente, inspirador. Tinha começado por confundir uma medida ativa de emprego, como eram os contratos emprego/inserção com a precarização da relação trabalho. Mas o que era, absolutamente, extraordinário era o BE achar que uma medida ativa de emprego, uma medida que procurava reintegrar aqueles que não estavam no mercado de trabalho, era precarizar a relação trabalho e que o Município de Lisboa não devia de aceitar contratos de emprego e inserção. Era, de facto, preciso não saber, mesmo, do que se estava a falar.-----

----- O Município de Lisboa tinha nove mil trezentos e cinquenta funcionários e naquele momento tinham cem contratos de emprego e inserção os quais ofereciam a oportunidade a quem estava no desemprego de longa duração poder ter ocupação, poder ter um aumento do seu rendimento e poder estar em melhores condições com uma nova referência de uma entidade empregadora, poder obter um contrato de trabalho duradouro e que pudesse, no futuro, vir a exercer.-----

----- O que tinha acontecido nos últimos anos no Município de Lisboa, foi de facto uma redução da precarização das relações trabalho no Município de Lisboa. E desde que era Presidente da Câmara, tinha transformado em funcionários do Quadro do Município de Lisboa oitocentas e quarenta e quatro pessoas que estavam na Câmara com contratos a recibo verde, como falsos prestadores de serviço, quando, efetivamente, estavam a exercer atividade em condições de trabalho subordinado e que, como tal, não deviam de estar na precaridade da prestação de serviços, mas deviam ser inseridos no Quadro do Pessoal do Município de Lisboa, e foi isso que fez.

----- Disse, igualmente, que não havia outro município, ou freguesia, nem nenhuma outra entidade da Administração Pública, que colocasse um fim ao escândalo dos falsos recibos verdes como aquele executivo o tinha feito no Município de Lisboa. -----

----- Dirigindo-se à Senhora Deputada Municipal Ana Drago, disse que era preciso alguma lata para o BE vir ali falar no acordo que tinha feito com o Partido Socialista, o qual o BE tinha traído de uma forma vergonhosa porque fugia das responsabilidades como o “diabo da cruz”, e tinha sido capaz de abandonar o Senhor Vereador Sá Fernandes e romper o acordo com o Partido Socialista só porque não tinham a coragem de assumir as responsabilidades na gestão da Cidade de Lisboa. Felizmente, que o eleitorado também o tinha percebido e, por isso, poupava o BE àquela responsabilidade. E acrescentou que os trabalhadores do Município de Lisboa não deviam nada ao Vereador Sá Fernandes, não deviam nada ao Partido Socialista, e não deviam nada a si próprio, porque só lhes tinha sido feito aquilo a que tinham direito, justiça. Agora o que não deviam nada de certeza era ao BE, pois o BE não tinha contribuído em nada para resolver o problema daqueles trabalhadores. -----

----- Pediu, também, aos Senhores Deputados do BE que ao menos, lessem a proposta. Então o Senhor Deputado ia ali propor como grande inovação da proposta, que a garantia da cativação dos lugares no quadro, fosse feito por tempo ilimitado. Assim, pedia que se dessem ao trabalho de ler o ponto três ponto três, alínea C), para verem que a garantia era dada sem qualquer limite de tempo, para que a garantia pudesse perdurar, não só até ao termo do mandato do presidente António Costa, não só até ao termo do mandato do presidente que havia de suceder o Presidente António Costa, mas que havia de perdurar para todo o sempre, enquanto o trabalhador fosse trabalhador, porque aquela era uma garantia que tinham de dar para sempre àqueles que saíam dos quadros do Município de Lisboa e que, no futuro, quisessem regressar. Era aquela intemporalidade que era necessária garantir, que estava garantida na lei, estava garantida na resolução e que podia, ainda, ser reforçada com os sindicatos através de um acordo tripartido que reforçasse com a garantia da multilateralidade aquilo que era garantido pelo ato legislativo e por delegações da Câmara, e esperava, também, da Assembleia Municipal. -----

----- Não queria deixar de sublinhar o bom contributo dado pelo PCP para aquele debate, uma vez que o PCP estava de bem com tudo; estava solidário com os cidadãos que tinham sido afetados pela greve, estava solidário com os trabalhadores que fizeram a greve, estava a favor da descentralização, apesar de estar contra aquele processo de descentralização. O PCP estava de bem com tudo, era um facto. Mas o problema era que ninguém podia estar de bem com tudo, ou com todos. -----

----- Afirmou que o executivo não defendia a descentralização em abstrato, defendia a descentralização em concreto e que significava pegar nas competências que eram da Câmara e transferi-las para as Juntas de Freguesia, e pegar nos meios que eram da Câmara e transferi-los para as Juntas de Freguesia, porque era assim que permitiam, efetivamente, concretizar a descentralização democrática da retórica para a prática do dia-a-dia da gestão da Cidade de Lisboa, e era assim que podiam gerir melhor a Cidade de Lisboa. Mas se o PCP queria manter-se na retórica, que se mantivesse na

retórica. Agora se queria concretizar, com ambição, o processo de descentralização democrática, então que se empenhasse na concretização daquele processo. E estava certo que o Senhor presidente da Junta de Freguesia de Carnide não deixaria de assumir todas as competências e de as exercer com todo o brio, toda a competência e todo o rigor e, certamente, ajudaria também, o município e todas as outras freguesias a gerirem melhor o conjunto da Cidade de Lisboa. -----

----- Por fim, disse que o Senhor Deputado Municipal Vitor Gonçalves tinha ali colocado uma questão concreta. E disse que o Senhor Deputado Vítor Gonçalves conhecia muito bem a lei, até porque tinha feito parte de um grupo de trabalho que tinha preparado durante semanas a fio, meses a fio, o conjunto daquela reforma. E, com certeza, recordava-se bem de algumas conclusões base daquela reforma. -----

----- Referiu que deviam de descentralizar de acordo com o princípio da subsidiariedade, deviam de passar tudo aquilo que com vantagem podia ser exercido com proximidade, deviam de manter centralizado tudo aquilo que ganhava economia de escala sendo exercido centralmente. O caso da higiene urbana foi sempre muito claro na conceção daquela reforma. A remoção dos resíduos sólidos que exigia uma grande operação, necessariamente, centralizada, tinha de se manter ao nível municipal. A lavagem e varredura da rua que era um trabalho, essencialmente, de proximidade tinha, e devia, de ser feito pelas Juntas de Freguesia. Aquele era um exemplo que tinha sido dado vezes sem conta, e que a confusão só podia resultar do facto de as pessoas não perceberem como é que houve greve à remoção não sendo a remoção afetada pelo processo de transferência, como é que houve pessoas da remoção a fazer uma greve por um problema que não lhes dizia respeito, efetivamente. E tinha sido aquela confusão que se tinha instalado na opinião pública, mas era uma confusão que não existia ali, não existia nas Juntas de Freguesia, não existia no Município de Lisboa, e que ficasse bem claro. -----

----- Sublinhou que quanto à consistência dos direitos, a lei era inequívoca sobre aquela matéria. E que aquele tinha sido outro dos pilares que tinham definido para a reforma. A única forma de fazerem aquela reforma, que já era tão difícil, era garantir que a plenitude dos direitos adquiridos eram plenamente conservados no processo de transferência, e era aquilo que a lei dizia, no artigo 16º, era inequívoco, “*a transferência de competências para o quadro de pessoal das juntas de freguesia era feito com garantia da plenitude dos direitos*”. E a plenitude dos direitos estavam bem afirmados em toda a proposta deliberativa, eram não só aqueles que resultavam da lei, como, também, aqueles que resultavam adquiridos no exercício de funções no município, e o que se previa era que cada trabalhador ao ser transferido levasse uma ficha individual que seria anexa ao auto de transferência, na qual estava identificado todos os que eram os direitos adquiridos, a antiguidade, os pontos para efeitos de progressão e promoção, o horário de trabalho praticado, complementos remuneratórios, tudo iria constar na ficha individual. E mais, constaria que as juntas de Freguesia teriam de manter aquela ficha atualizada porque se um dia algum daqueles trabalhadores regressasse ao município, regressaria com a dita ficha e com os seus direitos, também, atualizados para que o município os tivesse que cumprir. Aqueles

direitos eram os direitos que praticavam e que continuariam a ser mantidos quando aqueles exercessem as funções nas Juntas de Freguesia.-----

----- Quanto aos direitos específicos dos trabalhadores do município a que se referia o Senhor Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, o direito a utilizar os refeitórios do Município de Lisboa, o direito a utilizar as creches, o direito a aceder aos serviços sociais, todos aqueles direitos constavam da deliberação os quais seriam assegurados e mantidos por todos os trabalhadores. Relativamente a quem pagava, isso também não tinha novidade nenhuma, quem pagava era, obviamente, as Juntas de Freguesia no quadro onde os trabalhadores iriam exercer as suas funções. Porque os sessenta e oito milhões de euros que o Município de Lisboa iria deixar de receber e passavam a ser diretamente transferidos para as freguesias, tinham resultado do exercício que tinha sido feito, e que o Senhor Deputado Vítor Gonçalves tinha participado, e em que tinha sido procurado identificar qual era o custo do conjunto daquelas atividades que passariam a ser asseguradas pelas Juntas de Freguesia. Aqueles custos foram vistos, relativamente a materiais, a equipamentos, a consumíveis, e também relativamente a pessoal. E era relativamente, àquele processo, que a lei desde logo tinha fixado que havia uma verba que deixaria de ser transferida para o município e passaria a ser transferida para as freguesias. Tinha sido, aliás, uma preocupação do PPD/PSD, e bem, que a lei o fixasse logo para que não ficasse na arbitrariedade de uma maioria que houvesse no município e do bom, ou mau, relacionamento com as Juntas de Freguesia, qual era a garantia dos meios que as freguesias iam ter, e por aquela razão ficou, desde logo, fixado na lei. O perímetro da receita estava estabelecido e o que era necessário fazer coincidir, também, era o perímetro da despesa. E a forma que havia de reforçar o conjunto daqueles direitos, para além da deliberação municipal, para além da lei, era reforçar aquilo com um acordo tripartido. Para isso, estavam disponíveis, esperava que as Juntas de Freguesia estivessem disponíveis e que os sindicatos, também, estivessem disponíveis. Se todos estivessem, haveria um reforço das garantias. -----

----- E repetiu, que mesmo sem acordo, todas aquelas garantias referidas resultavam diretamente da lei e da deliberação da Câmara Municipal e que esperava que viesse a ser, também, uma deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, disse que gostaria de avivar a memória do Senhor Presidente António Costa, aquando da discussão, ali, do tal protocolo, e na Câmara, o PCP tinha sido claro, obviamente estava de acordo com a construção do Hospital de Todos os Santos, mas estavam em pleno desacordo com o encerramento dos hospitais da zona central de Lisboa. Tinha sido aquilo que tinha proposto, tinha sido aquilo o que sempre defendeu, a manutenção daqueles hospitais. Relembrou, inclusive, que o PCP tinha colocado uma clausula de salvaguarda ali, na Assembleia Municipal, por causa da futura utilização do terreno do Hospital de Todos os Santos, salvaguardando o interesse público. Tinham feito aquela proposta ali. -----

----- Chamava a atenção para a simplicidade que tinha sido Eusébio, e esperava que aquele exemplo pudesse servir para alguma coisa ao Senhor Presidente António Costa,

e que o levasse a pensar seriamente quando o mesmo atingia os outros de uma forma como nunca devia atingir. -----

----- Sublinhou que nas cidades capitais e outras cidades da Europa, e não só, os hospitais antigos mantinham-se, eram renovados, eram adaptados, eram alterados mas, mantinham-se. -----

----- Quanto á resolução do problema dos recibos verdes, disse que não tinha sido só a Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Presidente António Costa estava muito mal informado, nem da Área Metropolitana estava corretamente informado. Porque, por exemplo, Setúbal tinha resolvido aquele problema dos recibos verdes, Grândola, ainda com a presidência do Partido Socialista, tinha resolvido o problema, e Sobral de Montagrasso, no distrito de Lisboa, também tinha resolvido aquele problema dos recibos verdes. Portanto, o Senhor Presidente António Costa que não fosse ali dizer que foi o único a resolver a questão dos recibos verdes porque era mentira. -----

----- Referiu que o PCP estava com os trabalhadores na luta pelos seus direitos. Tinham ouvido trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, tinham tomado conhecimento das suas preocupações. -----

----- Havia uma coisa muito clara para o PCP, era que quem lutava nem sempre ganhava, mas quem não lutava perdia sempre. E o PCP lutava sempre e às vezes ganhava. E o Senhor Presidente da Câmara já estava a recuar naquela matéria, e havia de recuar ainda mais, e aprender com os trabalhadores que tinha de chegar a posições justas. -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, disse que que tinham chegado ao fim daquela parte da ordem dos trabalhos. Foi um teste à distribuição de tempos uma vez que já estavam em sede de alteração do Regimento e seguiam o modelo que tinha sido acordado na Conferência de Representantes. -----

----- Agradeceu à Câmara pelos esclarecimentos prestados. E iam entrar nas restantes matérias da ordem de trabalhos. -----

----- Uma das questões que tinha tomado maior relevo, a descentralização das competências para as freguesias era matéria de duas propostas que estavam pendentes na Assembleia para serem deliberadas. Aquelas propostas seriam agendadas para o dia vinte e um de janeiro, e estavam a ser apreciadas em sede de comissão. -----

----- Afirmou que teve um problema com a quinta comissão por ter convocado algumas audições, nomeadamente, sindicatos, para um horário que era posterior ao horário previsto no Regimento. Tratava-se de uma situação excecional e por isso pedia desculpas pelo incómodo que pudesse dali advir, mas as audições já estavam marcadas e iam prosseguir. -----

----- Entretanto, a Senhora Presidente da primeira comissão, que tinha, também, competências em matéria de recursos humanos, tinha perguntado se os Senhores Deputados da primeira comissão assistir às audições, participar nas sessões de audição com os sindicatos, o que julgava fazer sentido e, por essa razão, os Senhores Deputados da primeira comissão também tinham sido convocados para as referidas audições. -----

----- De todo o modo, confirmou que aqueles horários tardios eram uma exceção e, como tal, não voltariam a ter comissões a reunir em horários tardios porque eram horas que prejudicavam os trabalhos. -----

----- **PONTO 4.21 – PROPOSTA Nº 876/2013 - DELIBERAR SOBRE A TRANSMISSÃO, A TÍTULO GRATUITO, À ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LISBOA (ABVL) DA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 3.000 M2, SITO NA RUA DA ANTÓNIO DACOSTA, NA ALTA DO LUMIAR, EM CUMPRIMENTO DO TERMO DE TRASACÃO JUDICIAL, DE 5 DE JUNHO DE 1998, NO ÂMBITO DO PROCESSO Nº 419/95, 1º JUÍZO CÍVEL DE LISBOA, 1ª SECCÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;**-----

----- (A Proposta nº 876/2013, oportunamente distribuída aos Senhores Deputados Municipais, fica anexada à presente ata, como anexo I, e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação **Proposta nº 876/2013**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Passaram ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO 4.22 – PROPOSTA Nº 877/2013 - DELIBERAR SOBRE A PROPOSTA Nº 708/2013, REENVIADA PELA PROPOSTA Nº 877/2013, RELATIVA À AQUISIÇÃO DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA JOSÉ DIAS COELHO, NÚMEROS 27 E 29, TORNEJANDO PARA A CALCADA DA TAPADA, NÚMEROS 35 E 37, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DURANTE O MANDATO TRANSATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- (A Proposta nº 877/2013, oportunamente distribuída aos Senhores Deputados Municipais, fica anexada à presente ata como anexo II, e dela faz parte integrante). ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vitor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que o referido prédio estava abandonado à muito tempo, tendo sido objeto de vandalização em forma continuada, era um prédio com algumas características importantes sendo que a sua recuperação poderia ter algum interesse. -----

----- Referiu que os proprietários tinham sido intimados por várias vezes no sentido de resolverem o seu problema de reabilitação, não tendo respondido a uma solicitação no sentido de se resolver de alguma forma, aquele problema. -----

----- A SRU Ocidental, chegou a uma dada altura em que teve de emparedar o edifício no sentido de colocar um ponto final à sua vandalização, salvaguardando aquilo que se pôde salvaguardar do seu interior. E através de um perito do Ministério da Justiça, a SRU Ocidental mandou avaliar aquele prédio, e que o mesmo foi avaliado no valor de quatrocentos e trinta mil euros. -----

----- Sublinhou que, o que era facto, é que era, agora, surpreendido com aquela proposta enviada pela Câmara da compra do mesmo edifício, dois anos depois, e não constava que o mercado tivesse subido tão rapidamente, sendo que o prédio se já se encontrava degradado em dois mil e onze, mais estaria em dois mil e catorze, pelo

valor de setecentos e seis mil euros, ou seja, um aumento de 63% em relação à avaliação feita pelo perito, supostamente competente, do Ministério da Justiça. -----

----- Adiantou que a justificação era que aquele equipamento era absolutamente necessário para dotar a Freguesia de Alcântara com uma biblioteca. Tinha sido uma exigência do presidente da Freguesia dos Prazeres e de Alcântara, na altura, que aquele edifício fosse adquirido pela Câmara a qualquer custo porque pretendiam instalar ali a biblioteca. Disse que tinha questionado os referidos autarcas e que os mesmos lhe garantiram que não exigiram nada.-----

----- Entretanto, só podia pensar que a dita biblioteca já estivesse prevista nas intenções da Câmara relativamente a criar um sistema de rede de bibliotecas pela Cidade de Lisboa, e consultou o Programa Estratégico Bibliotecas 21, da Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto, e não constava nada, logo entendia que não havia uma urgência desmedida. Não queria dizer que uma biblioteca não fosse importante e que o PSD estivesse contra as bibliotecas, não. Agora, não devia de ser a qualquer custo. Já bastava o problema escandaloso do Cinema Europa, em que foi vendido o espaço em bruto por um milhão e quatrocentos mil euros, ninguém sonharia que aquilo valesse tanto dinheiro. O dinheiro da Câmara era todos nós, não era de quem tinha poderes executivos. Por isso, devia de haver mais contenção na sua gestão. -----

----- Defendeu a solicitação das responsabilidades a quem fazia aquele tipo de negociações e acordos diretos, pois os facilitismos custavam muito à Câmara. E quem estava à frente do executivo camarário tinha a obrigação de zelar pelos interesses da Câmara.-----

----- O PSD defendia que aquela proposta voltasse à Câmara para ser revista. E que se encontrasse outro valor, mais sério, relativo àquilo que era o valor efetivo do referido património.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Leão (PS)**, no uso da palavra, disse que pelo que tinha apurado da proposta em discussão foi que as negociações do valor patrimonial do imóvel, eram fruto de uma negociação com base em valores de mercado, aliás havia várias avaliações independentes, e julgava que a Câmara, o Senhor Vereador Manuel Salgado, poderia dar um esclarecimento, até porque não estava em condições de o fazer, até porque ia ali, em nome do Partido Socialista falar de questões do âmbito cultural e do impacto que aquela proposta teria na Freguesia de Alcântara. -----

----- Tratava-se da aquisição de um edifício apalaçado do século XIX, conhecido por Palácio das Águias, onde tinha funcionado durante algumas décadas a escola Comercial Ferreira Borges. Portanto, já tinha sido um prédio com funções no campo da instrução, no campo da educação e do ensino, um prédio que já tinha ajudado a formar gerações de lisboetas e que, portanto, deixava assim boas memórias. -----

----- Atualmente era, de facto, um imóvel devoluto, em estado de degradação, sendo que o ponto positivo era, sem dúvida, era o seu resgate pela autarquia para novas funções públicas requalificadas como biblioteca municipal. -----

----- A construção daquela nova biblioteca municipal, pelo que pôde apurar, resultava do plano de urbanização de Alcântara, de um compromisso, de uma intenção tornada

pública numa reunião de Câmara descentralizada, na presença dos munícipes de Alcântara, um compromisso direto com os próprios munícipes, em setembro de dois mil e onze. -----

----- Sublinhou que na memória coletiva aquele era um projeto de reconquista, ou seja, o estabelecimento de uma biblioteca municipal de Alcântara não era a primeira vez que se tentava, Alcântara já tinha tido bibliotecas municipais, a primeira em mil novecentos e vinte seis, num total de quatro, todas elas, entretanto, extintas. -----

----- Mas acreditava que uma nova biblioteca municipal em Alcântara poderia espelhar o que pretendiam de uma cidade no século XXI, e a valorização que deviam votar aquela freguesia. Aquele equipamento, para além de recuperar o espaço, em conjunto com a videoteca, que era o outro equipamento municipal especializado que existia em Alcântara mais vocacionado para o cinema, imagem, audiovisual, mas também fazendo pontes com o LX Factory e com outros projetos de indústrias criativas que ali estavam instaladas, podiam servir para dinamizar um grande polo cultural em Alcântara para além, do estímulo da leitura, da aquisição de conhecimento, e de um conjunto de serviços que as bibliotecas municipais ofereciam e que apresentavam mais-valias, face até a outro tipo de bibliotecas. -----

----- Referiu que a construção da nova biblioteca significava não só a aposta na requalificação do espaço, não só no plano de urbanização que tentava reconfigurar toda aquela freguesia, mas também uma aposta da cidade no conhecimento e que era um dos eixos que a cidade necessitava e que era preciso ser potenciado, constantemente pelo poder municipal e pelos cidadãos. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, recordou nas longas discussões que tinham tido a propósito do plano de urbanização de Alcântara, com moradores, assembleias em geral, Presidentes das Juntas de Freguesia dos Prazeres e de Alcântara, haviam três temas que eram discutidos de forma permanente, e que era a carência de espaços verdes, a carência de equipamentos e a carência de espaços de estacionamento. Eram os três temas que foram sistematicamente levantados pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara e que se estendiam, também, para a parte da Freguesia dos Prazeres, envolvida naquele plano. -----

----- E na sequência daquelas discussões que se tinham verificado durante aquele período foram introduzidas várias alterações ao plano de urbanização, nomeadamente, ao nível da rede viária, da diminuição do calibre da Avenida de Ceuta e da Avenida de Cascais, e a localização daquela biblioteca. -----

----- E em janeiro de dois mil e onze, tinha sido anunciado na reunião descentralizada que a versão final do plano de urbanização de Alcântara previa a localização de uma biblioteca âncora de acordo com o conceito definido no plano de rede de bibliotecas, uma biblioteca âncora a prever na antiga Escola Comercial Ferreira Borges. -----

----- Afirmou que não era avaliador, e por isso recorria aos dados que lhe eram fornecidos pelos avaliadores que a Câmara contratava. E a verdade era que, em dois mil e onze, a SRU Ocidental para efeitos de colocação do prédio no regime de venda forçada, pediu uma primeira avaliação a pedido oficial, e que tinha resultados no valor

de quatrocentos e trinta mil seiscentos e seis euros. Um ano depois, a mesma SRU, pediu nova avaliação e que tinha chegado a um valor de quinhentos e cinco mil euros.-

----- Entretanto, o proprietário do prédio apresentou, para efeitos de venda forçada, um valor de base para a hasta pública, da venda forçada, de um milhão seiscentos e treze mil euros.-----

----- A partir do momento em que se decidiu que, efetivamente, era importante adquirir aquele prédio para efeitos de instalação da biblioteca, os serviços de património da Câmara Municipal iniciaram negociações com o proprietário, pedindo uma nova avaliação, sendo que a avaliação que foi feita pela empresa que fazia parte do grupo de empresas contratadas pela Câmara Municipal de Lisboa, a avaliação concluiu pelo valor de setecentos e seis mil euros, tendo sido aquele o valor acordado com os proprietários que aceitaram aquela proposta, pago em duas prestações; duzentos mil euros no momento da assinatura do contrato, e o remanescente até ao final do exercício de dois mil e catorze.-----

----- Para terminar, referiu que o valor por metro quadrado daquela aquisição sairia à Câmara, se a Assembleia assim o decidisse, por seiscentos e vinte cinco euros por metro quadrado.-----

----- Comparando com os valores das hastas públicas dos prédios que a Câmara tinha colocado no mercado, através do programa “Reabilite Primeiro, Pague Depois”, aquele valor era inferior, porque o valor médio das vendas da Câmara era de seiscentos e cinquenta e dois euros por metro quadrado.-----

----- Surpreendia-o a posição do senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves porque quando aquela proposta foi votada em Câmara, a mesma foi aprovada por maioria com treze votos a favor, nove do PS, dois Independentes, dois do PCP e três abstenções do PPD/PSD e do CDS-PP. Portanto, aquela proposta passou na Câmara com aqueles valores e por isso surpreendia-o que aquele problema fosse levantado naquela Assembleia.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, e dirigindo-se ao Senhor Vereador Manuel Salgado, disse que uma análise mais aprofundada da proposta alterava os pressupostos do entendimento de quem a analisava.-----

----- Afirmou que aquela não era uma biblioteca âncora, pois uma biblioteca âncora estava sediada de acordo com o plano estratégico em Belém. A ser, seria uma biblioteca de bairro.-----

----- Depois, perguntou à Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto se estava no Orçamento e no plano de Atividades, daquele ano, alguma verba destinada à manutenção e à construção daquela biblioteca.-----

----- E podiam fabricar os estudos que quisessem, mas o que era facto era que o primeiro estudo, em dois mil e onze, apresentou o valor de quatrocentos mil euros.-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, esclareceu que o projeto da biblioteca estava a ser elaborado pelos serviços da Câmara Municipal, da Direção Municipal de Projetos e Obras, com um programa de biblioteca âncora fornecido pela cultura, e que a estimativa de custo existente, naquele momento, para a

reabilitação do imóvel era cerca de um milhão e oitocentos mil euros, e a obra estava prevista para ser realizada pela SRU Ocidental na medida em que o edifício estava na sua área de intervenção.-----

----- **A Senhora Presidente**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação **Proposta nº 877/2013**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com votos a favor de PS, PCP, PEV, PAN, PNPV e quatro (4) IND, com os votos contra do PSD, e as abstenções do BE, CDS-PP e do MPT. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)**, entregou posteriormente a seguinte declaração de voto por escrito:-----

----- *“Em reunião ordinária da AML, tida a 7 de Janeiro de 2013, foi votada e aprovada a proposta nº 877/2013 que mereceu o voto contra dos deputados do PSD, os quais agora apresentam a sua declaração de voto. -----*

----- *No anterior mandato foi decidido submeter à Assembleia Municipal para apreciação desta, a aquisição do prédio urbano sito na Rua José Dias Coelho nº 27 e 29, tornejando para a Calçada da Tapada nº 35 e 37. -----*

----- *Todavia, o mandato cessou e a proposta não foi enviada à AML, pelo que a CML propõe o reenvio. -----*

----- *Trata-se de um edifício urbano, apalaçado, do século XIX, sito na freguesia de Alcântara. Nesse prédio já funcionou a Escola Ferreira Borges, estando atualmente em mau estado de conservação e emparedado. -----*

----- *Em 2009, a Lisboa Ocidental SRU, notificou os proprietários do prédio (família Burnay) para realizarem obras urgentes. -----*

----- *Em Janeiro de 2011 – no âmbito do código das Expropriações – foi feita uma avaliação do prédio (430.606,00 euros), tendo os proprietários sido notificados que ou reabilitavam o edifício, ou seria iniciado um processo de venda forçada. -----*

----- *Em agosto de 2011, e tendo para isso recorrido aos serviços da sociedade de Advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados, os proprietários apresentaram uma contraproposta de 3.097.920,61 euros. -----*

----- *Em setembro de 2011, foi declarada a intenção do município adquirir o prédio para instalar uma biblioteca – no âmbito do Plano de Urbanização de Alcântara. -----*

----- *Em dezembro de 2012, a SRU pediu nova avaliação patrimonial, sendo que o novo valor patrimonial apurado foi de 555.000,00 euros – valor pelo qual os proprietários não aceitaram alienar o prédio. -----*

----- *Em junho de 2013, foi pedida nova avaliação – a uma empresa externa – sendo que desta feita o valor apurado foi de 706.00,00 euros. -----*

----- *Os proprietários aceitaram alienar o prédio pelo valor de 706.00,00 euros (a liquidar em duas prestações: 200.000,00 na data de celebração do contrato de compra e venda; e 506.00,00 no ano de 2014.) -----*

----- *Face ao disposto, os deputados do PSD votaram contra a presente proposta. O voto contra não se deve, obviamente, à instalação da biblioteca, muito menos contra o investimento cultural. -----*

----- *O voto contra deve-se ao tipo de negócio imobiliário escolhido pela CML; ao facto de esta biblioteca não se inserir na rede prioritária de bibliotecas; às oscilações*

significativas de valor apresentadas nas sucessivas avaliações; e, máxime, por estar prevista a instalação de uma biblioteca municipal, no âmbito do Plano de urbanização de Alcântara, plano esse que ainda não foi aprovado, nem sequer está em discussão.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Drago (BE)**, entregou posteriormente a seguinte declaração de voto por escrito:-----

----- “*O Bloco de Esquerda abstém-se na proposta 877/2013 declarando que é totalmente favorável a instalação da biblioteca prevista no imóvel em causa, sendo um equipamento de grande importância para a população da freguesia de Alcântara. No entanto, a proposta justifica o valor de aquisição do imóvel com uma avaliação que nos levanta as maiores dúvidas, em particular quanto ao facto de se registar um incremento considerável do valor entre a avaliação anterior e a presente, num contexto de clara desvalorização generalizada dos bens imóveis nos últimos 4 anos.*” -

----- **A Senhora Presidente** disse que iriam passar à seguinte proposta, 920/2013.-----

----- **PONTO 4.23 – PROPOSTA Nº 920/2013 - DELIBERAR SOBRE A PROPOSTA NÚMERO 337/2013, REENVIADA PELA PROPOSTA NÚMERO 920/2013, RELATIVA AO LANÇAMENTO DE UMA HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DOS TRÊS FUTUROS LOTES A CONSTITUIR NA RUA INÁCIO PARDELHAS SANCHEZ, NO BAIRRO DA LIBERDADE, NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO DE REPARCELAMENTO, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DURANTE O MANDATO TRANSATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I, DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;**-----

----- (A Proposta nº 920/2013, oportunamente distribuída aos Senhores Deputados Municipais, fica anexada à presente ata como anexo III, e dela faz parte integrante) ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, disse que no ano de dois mil e quatro, partes da encosta onde, desde o fim do século XIX, se foi construindo o Bairro dos Arcos e o Bairro da Liberdade, tinham começado a ceder, obrigando a numa rápida intervenção de contenção dos terrenos o que obrigou à deslocação de famílias e de comércio para outras zonas da cidade.-----

----- Mas resultou, no final, a triste situação de prédios emparedados ou demolidos, descaracterizando um bairro no qual se tinha formado no tempo uma forte consciência de pertença e identidade coletiva. -----

----- Assim, continuavam a ouvir-se vozes que exigiam a reanimação do bairro e o retorno das famílias deslocalizadas para devolver a vida e o seu comércio àquela zona.

----- Mas desde aqueles acontecimentos, até à data, a Câmara não tinha feito nada. -----

----- Aproximava-se o final da vigência dos apoios à deslocalização das últimas dezenas de famílias que tinham saído do bairro e nada estava feito. -----

----- A rua principal do Bairro da Liberdade continuava desventrada e parada no tempo. -----

----- A Câmara limitou-se a comprar sucessivos lotes de terrenos, sempre na encosta, comportando-se como simples promotor imobiliário, deixando que o tempo rompesse os laços emocionais e afetivos que ligavam os moradores ao seu bairro. -----

----- Sublinhou que passado todo aquele tempo, a Câmara Municipal pretendia celebrar uma hasta pública de venda conjunta de três lotes de terreno na encosta, terrenos que nem lhe pertenciam na totalidade, mais de dez mil metros quadrados de potencial área de pavimento, como estava definido no novo PDM, para num qualquer dia ser implantado no terreno, e citou: *“uma massa mais densa e compacta de construção como sonhada nos bancos da escola por uma promissora aspirante à licenciatura”*. -----

----- Aquele projeto significava na realidade, o oposto do que os moradores pretendiam e que era voltar ao bairro de origem e, em vez daquilo, a Câmara queria envolver aquela Assembleia Municipal em ações destinadas à revalorização dos lotes de terreno para sua promoção imobiliária. -----

----- Assim, a Câmara não contaria com o apoio do PSD. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que o PCP sempre defendeu a conclusão do plano de pormenor do Bairro da Liberdade e Serafina, iniciado no ano dois mil, como instrumento adequado à reconversão participada daquela zona de forma a responder aos problemas próprios da população dos vários núcleos urbanos de diferente génese que ali coexistiam, de forma a garantir as condições de vivência necessárias, infraestruturas e equipamentos, capazes de vencer o relativo isolamento relativamente à freguesia e à cidade, e avaliando a acautelando os constrangimentos decorrentes do estado de risco do suporte físico. -----

----- Referiu que atual maioria da Câmara sempre desprezou a elaboração do plano de pormenor iniciado, voltando as atenções para intervenções pontuais de avaliação geológica e geotécnica, demolições e correspondentes despejos das famílias e atividades instaladas, e polarizando as expetativas de intervenções positivas no projeto reparcelamento da zona envolvente da Rua Inácio Pardelhas Sanchez, após demolição coerciva das construções em risco que ali se encontravam implantadas, previamente. --

----- Disse que o PCP sempre apontou o caráter parcial de tal intervenção e a fuga à participação da população que desejavelmente, devia de acontecer, porque era a população que sofria as consequências. Naquele sentido, e no sentido de não comprometer a única intervenção positiva preconizada, sempre manifestaram o voto de abstenção relativamente aos vários passos empreendidos no chamado projeto de reparcelamento que por falta de envolvimento dos proprietários do solo, se tinha transformado num mero projeto de loteamento das áreas que acabaram por ser adquiridas por negociação, após ser manifestada a intenção de expropriação com base na delimitação da área crítica de recuperação e reconversão urbanística. -----

----- Afirmou que o sentido de voto de abstenção sempre teve como pressuposto que a operação empreendida corresponderia a um remoto contributo para a resolução dos problemas da população afetada ou residente, contribuindo para a sua fixação. -----

----- Verificava-se que o município se limitava aos atos burocráticos de aquisição, valorização e alienação de lotes para promoção privada sem acrescentar nada em termos de obra ou de garantias de alternativas para os problemas sentidos para a população local, deslocada, ou não. -----

----- Constatava por fim que seria mobilizada do ponto de vista urbanístico uma zona de risco, fragilidade geológica e geotécnica, sem que tal ocorresse por determinante de ordem social, mas unicamente como operação de resgate financeiro para o município, salvo se viesse a verificar por desfecho em hasta pública preconizada e de promoção imobiliária para os privados que adquirissem os lotes em questão, votando ao ridículo a memória descritiva do projeto de parcelamento que destacou uma resposta ajustada aos quotidianos e vivências da zona na medida em que os seus potenciais destinatários teriam origens bem distintas.-----

----- Assim, aquela proposta só podia merecer o voto contra do PCP.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)**, no uso da palavra, disse que o PS saudava aquela iniciativa. Era urgente debruçarem-se sobre o Bairro da Liberdade e voltar a dar esperança à população que ainda resistia naquela zona apesar do abandono a que estava votada há muito tempo.-----

----- Sublinhou que aquela proposta era sinónimo de mais gente, de mais vida, de mais lojas, mais empregos, mais vizinhança, mais solidariedade, e seria de uma forma fundamental e essencial para se conseguir regenerar aquele tecido social.-----

----- Aquela era a solução possível para aquela zona da cidade. Claro que seria melhor se construíssem habitação municipal mas não era possível e, não sendo possível, garantia que a população preferia inequivocamente aquela solução.-----

----- Tinha havido promessas feitas, havia de dizê-lo com frontalidade, de construção de habitação social. Tinha havido cláusulas contratuais inseridas nos contratos que as pessoas assinaram quando saíram do bairro para que pudessem voltar, sim, era tudo verdade. Mas a questão era colocar a pergunta se nos próximos anos, e dada a conjuntura financeira do país, e da Câmara, conseguiriam ter uma solução diferente daquela que era proposta e que fosse de encontro às expectativas. Mas a verdade, era que não havia possibilidade de irem por aquele caminho. Mas havia outro caminho que melhorava o presente de quem residia no bairro, e era um pormenor fundamental. -

----- Apelava ao facto de serem eles políticos, que ajustassem as suas opções no tempo. Há uns anos atrás aquela era a intenção da Câmara, mas a conjuntura económica era outra e pensou-se que era possível ir de encontro àquela expectativa. Mas atualmente, não havia meios para fazerem jus àquilo que tinha sido prometido. Mas havia uma solução que, não sendo tão boa como a inicial, era certamente melhor para a população comparando com o que tinham, presentemente.-----

----- Tinha falado com a população do Bairro da Liberdade e todos se tinham manifestado a favor daquela proposta.-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, disse que o plano de pormenor referido pelo Senhor Deputado Modesto Navarro, iniciado no ano dois mil, tinha sido colocado em causa pelos estudos do LNEC. A única faixa ao longo da Rua Inácio Pardelhas Sanchez que era suscetível de construção era aquela onde seria construído aquele conjunto de três edifícios.-----

----- Referiu que a solução inicial não era aquela, a ideia inicial era que, uma vez que os terrenos eram privados, que as pessoas viviam em casa arrendadas e que tinham sido despejadas, compulsivamente, antes de terem tomado posse, há seis anos, no que

dizia respeito àquele troço da rua Inácio Pardelhas Sanchez, a ideia era que fazendo um processo de loteamento pudessem ser os próprios proprietários a tomarem a iniciativa em parceria com a Câmara, mas no fundo uma parceria entre proprietários dos terrenos e o município. Tal verificou-se não ser possível e, ao longo dos anos, o que se tinha conseguido foi adquirir os prédios, e faltava adquirir apenas dois prédios. -

----- Quando aquele processo tiver concluído permitia a construção de cento e trinta e seis fogos e toda uma frente comercial para a Rua Inácio Pardelhas Sanchez, o que era bastante positivo para aquele bairro. -----

----- Eram três lotes, e o que estava previsto era que a base de licitação de um dos lotes pagasse o arruamento que era necessário fazer a meia encosta e que era aquele que iria dar acesso às garagens dos futuros edifícios. -----

----- Disse que uma vez que aquela alienação podia ser feita por lotes, que o primeiro permitisse construir o arruamento e que, se houvesse condições, nos outros, a Câmara Municipal pudesse, mais tarde, construir habitação num regime diferente daquele que seria colocado no mercado livre. -----

----- **A Senhora Presidente**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 920/2013**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS, PAN e PNP, votos contra PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, e abstenção de quatro (4) IND, dois (2) Deputados do PS e a Presidente da Mesa. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, entregou posteriormente a seguinte declaração de voto por escrito:-----

----- *“A Proposta nº 920/2013, ponto 4.23 da Ordem de Trabalhos, remetida pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) à Assembleia Municipal de Lisboa (AML) reunida em plenário a 07 de Janeiro de 2014, propõe a alienação em hasta pública dos três futuros lotes na Rua Inácio Pardelhas Sanchez no Bairro da Liberdade. -----*

----- *No longo processo relativo à consolidação da escarpa do Bairro da Liberdade, e no seguimento do relatório técnico realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a CML procedeu à tomada de posse administrativa do edifício particular em causa e ao realojamento das famílias residentes na zona identificada como de risco de colapso iminente. -----*

----- *Tratando-se de uma situação de emergência e não existindo no local disponibilidade de fogos municipais para prover a habitação aos moradores na zona de risco foi promovido o realojamento dos mesmos, através de uma solução tripartida que envolveu os moradores, a CML e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) através do programa Prohabita. -----*

----- *No decurso deste processo foi assumido pela CML perante a população não só a intenção de promover a construção no bairro de habitação municipal / a custos controlados, mas também a possibilidade de regresso voluntário à zona do Bairro da Liberdade dos agregados realojados em outros locais da cidade, que o pretendessem. -*

----- *Assim os Deputados Municipais abaixo indicados consideram que a presente proposta, não obstante de ir ao encontro da necessária reabilitação urbanística do bairro — promovendo a sua revitalização social, habitacional e comercial —, não dá resposta às expectativas criadas na população, no que concerne à criação de*

condições para o regresso dos agregados realojados noutras zonas da cidade, ou no que diz respeito à promoção de fogos de renda controlada/a custos controlados, até por ser potencialmente exequível à CML esta salvaguarda em Procedimento de Hasta Pública através da reserva de até 20% do património a construir a favor do município.-----

----- Assim pelos motivos enumerados, optamos pelo voto de abstenção nesta proposta.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)**, entregou posteriormente a seguinte declaração de voto por escrito:-----

----- “1.- O CDS-PP não entende porque razão este processo de hasta pública não é executado em plataforma pública; -----

----- 2 – O processo de expropriação, com vista à municipalização das parcelas em falta, foi pedido ao Governo competente o requerimento da declaração de utilidade pública. Após ser decretada a declaração de utilidade pública será realizada a “vistoria ad perpetuum rei memoriam” e posteriormente dar-se-á sequência à tomada de posse administrativa das parcelas. Visto que nenhum dos procedimentos foi até esta data concretizado, por que razão se está a pretender aprovar a realização de uma hasta pública, que deveria ser o ultimo passo deste processo e também é de referir que os prédios urbanos ainda não estão constituídos; -----

----- Assim, o CDS-PP tem as maiores dúvidas sobre a regularidade dos procedimentos previstos.”-----

----- Seguiu-se a discussão do próximo ponto da ordem de trabalhos.-----

----- **PONTO 4.24 – PROPOSTA N.º 921/2013 – DELIBERAR SOBRE A PROPOSTA NÚMERO 635/2013, REENVIADA PELA PROPOSTA NÚMERO 921/2013, RELATIVA À CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE PARCELAS DE TERRENOS MUNICIPAL, SITAS NA QUINTA MARQUÊS DE ABRANTES, A FAVOR DO CLUBE ORIENTAL DE LISBOA, BEM COMO À DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO, DE DUAS PARCELAS DE TERRENO, SITAS NA AZINHAGA DOS ALFINETES, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DURANTE O MANDATO TRANSATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DAS ALÍNEAS I) E O), DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;**-----

----- (A Proposta n.º 921/2013, oportunamente distribuída aos Senhores Deputados Municipais, fica anexada à presente ata como anexo IV, e dela faz parte integrante).---

-- **A Senhora Presidente**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 921/2013**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.---

----- **A Senhora Presidente** informou que na próxima semana a ordem de trabalhos teria como único ponto “*Declarações Políticas*”, era uma novidade que introduziram quando aprovaram a alteração da grelha do PAOD, a qual tinha sido reduzida em contrapartida de haver, uma vez por mês, uma sessão onde os Deputados Municipais de várias forças políticas pudessem fazer declarações políticas sobre o que

entendessem. Seria no próximo dia catorze. E o debate temático do dia catorze passava para o dia vinte e oito de janeiro. -----

----- E no próximo dia dezasseis, teriam uma votação para o Conselho Executivo da Área Metropolitana de Lisboa. Tinha mandado pedir um esclarecimento à Área Metropolitana sobre se a votação abrangia todos os Senhores Deputados, ou apenas os Senhores Deputados eleitos diretamente. Aguardava resposta àquele esclarecimento, sendo que em conformidade com a resposta avisaria os Grupos Municipais porque se os Senhores Presidentes de Junta não tivessem direito de voto, escusavam de se deslocarem ali, no próximo dia dezasseis. Teriam aquele esclarecimento no devido tempo. -----

----- No dia vinte e um, agendariam as propostas relativas à descentralização das competências para as Juntas de Freguesia, e no dia vinte e oito teriam a continuação do debate temático. -----

----- Agradeceu a todos os presentes. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram dezanove horas. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente ata que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

-----A PRESIDENTE -----

PROPOSTA N.º 876/2013

Assunto: Aprovar submeter à Assembleia Municipal a transmissão para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa (ABVL) de parcela de terreno, com a área de 3.000m², sita na Rua da António Dacosta, na Alta do Lumiar, em cumprimento de termo de transacção judicial, de 5 de junho de 1998, no âmbito do processo n.º 419/95, 1.º Juízo Cível de Lisboa, 1.ª secção.

Pelouros: Planeamento, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Espaço Público

Serviços: DMPRGU/ DPSVP

Considerando que:

1. Através da Proposta n.º 4283, de 17 de outubro de 1968, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou alienar gratuitamente à Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa (ABVL), uma parcela de terreno, com a área de 3.600 m², situada no gaveto formado pela Rua C e Avenida de Pádua da malha de Olivais-Sul; **(cf. Anexo I, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);**
2. Por escritura outorgada a 06 de maio de 1969 foi concretizada a transmissão da supra identificada parcela de terreno, para construção da sede/quartel da ABVL, tendo este negócio jurídico ficado expressamente subordinado à condição de a Associação só poder ali promover a referida construção, sob pena de reversão, estabelecendo-se o prazo de quatro anos a contar daquela data para a conclusão das obras; **(cf. Anexo II, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);**
3. Em 1995, o Município interpôs acção judicial para obter a reversão do terreno, com fundamento em incumprimento das condições contratuais, designadamente o facto de não ter sido construída a sede/quartel da ABVL no terreno em causa, no prazo de quatro anos a contar da assinatura da respectiva escritura de cedência, ou seja, até 6 de maio de 1973;
4. A acção judicial intentada pelo Município de Lisboa correu termos na 1.ª Seção do 1.º Juízo Cível de Lisboa e, em sede de recurso, no Tribunal da Relação de Lisboa, foi lavrado um termo

de transação entre as partes em litígio, a 05 de junho de 1998, no qual se estabeleceu **(cf. Anexo III, que se junta e se dá por integralmente reproduzido)**:

- a) A entrega ao Município pela ABVL do terreno com a área de 3.600 m², situada no gaveto formado pela Rua C e Avenida de Pádua, Olivais-Sul (cláusula 1^a);
- b) A entrega pelo Município à ABVL de uma outra parcela de terreno, na Alta do Lumiar, Av. Santos e Castro, com a área de 2.670,00m², para construção da sede/quartel da Associação (cláusulas 2^a e 4^a);
- c) O pagamento pelo Município à ABVL de uma indemnização no montante de 15.311.578\$00 (quinze milhões trezentos e onze mil, quinhentos e setenta e oito escudos), acrescida de juros (cláusula 5^a).

5. Em 22 de julho de 1998, cumprindo parcialmente o previsto no termo de transacção, o Município procedeu ao pagamento da quantia anteriormente referida em c) supra. **(cf. Anexo IV, que se junta e se dá por integralmente reproduzido)**;

6. Até à presente o Município não cumpriu com a outra obrigação prevista no termo de transacção, a saber a transmissão da parcela de terreno sita na Avenida Santos e Castro, com a área de 2.670m², desde logo porque, entretanto, esta veio a ser afeta ao alinhamento das vias limítrofes e vedação da Escola Almada Negreiros;

7. Foi agora possível identificar uma nova localização, na Rua António Dacosta, dando-se assim cumprimento à obrigação decorrente da transação judicial de 05 de junho de 1998;

8. Apesar da parcela de terreno municipal ora identificada apresentar uma área total de 3.000m², superior em 330m² à área da parcela anteriormente prevista, tal não se afigura relevante, atendendo ao tempo entretanto decorrido e ao facto se manter o objecto da construção;

9. A parcela de terreno municipal a transmitir, sita na Rua António Dacosta, Alto do Lumiar, com a área total de 3.000,00 m², irá resultar da anexação de 2.475,00 m², a desanexar da descrição n.º 287 da freguesia da Charneca, por 510,00 m², a desanexar da descrição n.º 152 da freguesia da Charneca e por 15,00 m², a desanexar da descrição n.º 575 da freguesia da Ameixoeira (cf. **Anexos V, VI e VII, que se juntam e se dão por integralmente reproduzidos**);

10. Não obstante o carácter gratuito da transmissão, foi promovida pelos serviços a avaliação de mercado da parcela de terreno (cf. **Anexos VIII, que se junta e se dá por integralmente reproduzido**);

11. Importa, nestes termos, dar cumprimento ao estabelecido no termo de transacção de 5 de junho de 1998, provendo a transmissão gratuita para a ABVL da parcela de terreno anteriormente identificada, no respeito por todas as condições então fixadas, designadamente as constantes da Proposta n.º 4283, de 17 de outubro de 1968;

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea i), do n.º 1 do artigo 25.º, conjugada com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal:

A transmissão, a título gratuito, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, da parcela de terreno com a área total de 3.000,00 m², sita na Rua António Dacosta, freguesia de Santa Clara, resultante da anexação de 2.475,00 m², a desanexar do prédio descrito no registo predial sob o n.º 287, da freguesia da Charneca, de 510,00 m², a desanexar do prédio descrito no registo predial sob o n.º 152, da freguesia da Charneca e de 15,00 m², a desanexar do prédio descrito no registo predial sob o n.º 575, da freguesia da Ameixoeira, identificada a cor verde na Planta n.º 13/242/DPSVP (cf. **Anexo IX, que se junta e se dá por integralmente reproduzido**), e à qual se atribui, meramente para efeitos de registo, o valor de €15.000 (quinze mil euros), que corresponde a €5/m² de terreno.

CONDIÇÕES DE ACORDO

1. A parcela de terreno municipal a transmitir destina-se, exclusivamente, à construção da sede/quartel da Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa.
2. A construção da sede/quartel deverá verificar-se no prazo de quatro anos, a contar da data de celebração do contrato.
3. O desrespeito das condições previstas em 1. e 2. determinará a reversão da propriedade para o Município de Lisboa, o que a ABVL aceita desde já.

CONFRONTAÇÕES:

Norte: Câmara Municipal de Lisboa (Centro de Saúde da Ameixoeira).

Sul: Câmara Municipal de Lisboa.

Nascente: Rua António Dacosta.

Poente: Câmara Municipal de Lisboa

Anexos:

I. Proposta n.º 4283, de 17 de outubro de 1968;

II. Escritura outorgada entre o Município de Lisboa e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa a 06 de maio de 1969;

III. Termo de Transacção Judicial de 05.06.1998;

IV. Comprovativo do pagamento da indemnização.

V./VI e VII. Certidões prediais.

VIII. Relatório de avaliação;

IX. Planta n.º 13/242/DPSVP.

(PROCESSO N.º 30624/CML/13)

Sala de reuniões da Câmara Municipal, em de Dezembro de 2013.

O VEREADOR

Manuel Salgado

JUSTIFICAÇÃO DO VALOR

Para efeitos de registo, atribui-se o valor de €15.000 (quinze mil euros), que corresponde a €5/m² de terreno.

PROPOSTA N.º 877/2013

Assunto: Aprovar o Reenvio à Assembleia Municipal, para aprovação, da Proposta n.º 708/2013, relativa à aquisição do prédio urbano sito na Rua José Dias Coelho n.ºs 27 e 29, tornejando para a Calçada da Tapada n.ºs 35 e 37, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transacto.

Pelouros: Vereador Manuel Salgado

No mandato que cessou com a tomada de posse do novo executivo camarário, ocorrida no dia 24 de Outubro passado, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, pela Proposta n.º 708/2013, submeter à Assembleia Municipal, a fim de ser, por esta, apreciada, a aquisição do prédio urbano sito na Rua José Dias Coelho n.ºs 27 e 29, tornejando para a Calçada da Tapada n.ºs 35 e 37, nos termos da proposta;

Sucedede, porém, que esta proposta não chegou a ser decidida pela Assembleia Municipal no mandato transato e, atualmente, a competência para decisão da matéria em causa ou para revogação da deliberação anteriormente adotada, está cometida ao novo executivo camarário, importando, por esse motivo, manifestar a vontade de a reenviar para que seja apreciada pela Assembleia Municipal.

Assim, em face do exposto, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, tenho a honra de propor o reenvio à Assembleia Municipal da proposta número 708/2013, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transato.

Paços do Concelho de Lisboa, de Novembro de 2013

O Vereador

Manuel Salgado

PROPOSTA N.º 920/2013

Assunto: Aprovar o Reenvio à Assembleia Municipal, para aprovação, da Proposta n.º 337/2013, relativa ao lançamento de uma Hasta Pública para a alienação dos três futuros lotes a constituir na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, no Bairro da Liberdade, no âmbito da Operação de Reparcelamento, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transacto.

Pelouros: Vereador Manuel Salgado

No mandato que cessou com a tomada de posse do novo executivo camarário, ocorrida no dia 24 de Outubro passado, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, pela Proposta n.º 337/2013, submeter à Assembleia Municipal, a fim de ser, por esta, apreciada, o lançamento de uma Hasta Pública para a alienação dos três futuros lotes a constituir na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, no Bairro da Liberdade, no âmbito da Operação de Reparcelamento;

Sucedo, porém, que esta proposta não chegou a ser decidida pela Assembleia Municipal no mandato transato e, atualmente, a competência para decisão da matéria em causa ou para revogação da deliberação anteriormente adotada, está cometida ao novo executivo camarário, importando, por esse motivo, manifestar a vontade de a reenviar para que seja apreciada pela Assembleia Municipal.

Assim, em face do exposto, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, tenho a honra de propor o reenvio à Assembleia Municipal da proposta número 337/2013, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transato.

Paços do Concelho de Lisboa, de Novembro de 2013

O Vereador

Manuel Salgado

PROPOSTA N.º 921/2013

Assunto: Aprovar o Reenvio à Assembleia Municipal, para aprovação, da Proposta n.º 635/2013, relativa à constituição de um direito de superfície sobre parcelas de terreno municipal, sitas na Quinta Marquês de Abrantes, a favor do Clube Oriental de Lisboa, bem como à desafetação do domínio público para o domínio privado, de duas parcelas de terreno, sitas na Azinhaga dos Alfinetes, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transacto.

Pelouros: Vereador Manuel Salgado

No mandato que cessou com a tomada de posse do novo executivo camarário, ocorrida no dia 24 de Outubro passado, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, pela Proposta n.º 635/2013, submeter à Assembleia Municipal, a fim de ser, por esta, apreciada, a constituição de um direito de superfície sobre parcelas de terreno municipal, sitas na Quinta Marquês de Abrantes, a favor do Clube Oriental de Lisboa, bem como a desafetação do domínio público para o domínio privado de duas parcelas de terreno com a área de 124 m² e 11 m², sitas na Azinhaga dos Alfinetes;

Sucedem, porém, que esta proposta não chegou a ser decidida pela Assembleia Municipal no mandato transacto e, atualmente, a competência para decisão da matéria em causa ou para revogação da deliberação anteriormente adotada, está cometida ao novo executivo camarário, importando, por esse motivo, manifestar a vontade de a reenviar para que seja apreciada pela Assembleia Municipal.

Assim, em face do exposto, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, tenho a honra de propor o reenvio à Assembleia Municipal da proposta número 635/2013, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transacto.

Paços do Concelho de Lisboa, de Novembro de 2013

O Vereador

Manuel Salgado